



CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA

**AGROECOLOGIA E POLÍTICA QUILOMBOLA: ACESSO E OBSTÁCULOS
EM BREJÃO DOS NEGROS - SERGIPE**

MIRELLE TAVARES FERREIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - Campus São Cristóvão, como requisito para a obtenção do título de Tecnólogo em Agroecologia.

Orientadora: Prof.^a Dr^a Carmem Lúcia Santos.

SÃO CRISTÓVÃO – SE

2020

MIRELLE TAVARES FERREIRA

**AGROECOLOGIA E POLÍTICA QUILOMBOLA: ACESSO E OBSTÁCULOS
EM BREJÃO DOS NEGROS - SERGIPE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - Campus São Cristóvão, como requisito para a obtenção do título de Tecnólogo em Agroecologia.

Aprovado em: ____/____/____

Prof.^a Dr.^a Carmem Lúcia Santos (Orientadora)
Instituto Federal de Sergipe – Campus São Cristóvão

Dr.^a Ana Consuelo Fontenele
Gerente de Avaliação e Impactos Ambientais – ADEMA - SE
(Examinadora)

Prof. Dr. Anderson Nascimento do Vasco
Instituto Federal de Sergipe – Campus São Cristóvão
(Examinadora)

IFS - Biblioteca do Campus São Cristóvão

- F383a Ferreira, Mirelle Tavares.
 Agroecologia e política quilombola: acesso e obstáculos em Brejão dos Negros –
 Sergipe / Mirelle Tavares Ferreira. - São Cristóvão-SE, 2020.
 60 f. ; il.
- Monografia (Graduação) – Tecnologia em Agroecologia. Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS, 2020.
 Orientadora: Professora Dra. Carmem Lúcia Santos.
1. Agroecologia. 2. Políticas públicas. 3. Quilombolas. 4. Comunidades
quilombolas. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS.
II. Título.

CDU: 631.95(813.7)

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe em especial o Campus São Cristóvão pelo incentivo à pesquisa e extensão.

Agradeço Associação Remanescente de Quilombo Santa Cruz de Brejão dos Negros, na qual nobremente faço parte, e acompanhei todo o processo de Luta, por disponibilizar alguns dados para que essa pesquisa pudesse ser realizada. Sinto-me grata em poder contribuir com o meu estudo para o crescimento e como forma de registro das conquistas da comunidade, conquistas essas que vieram através de muita luta.

Agradeço ao meu bom Deus, que me amparou em todos os momentos da minha vida, que sempre me ensinou a ter calma, discernimento e paciência em tantas situações e questionamentos que enfrentei ao longo desses anos. Agradeço por ter me dado à graça de realizar mais esse sonho e por alimentar a minha fé na realização de outros.

Agradeço a minha mãe, Maria Jailza Tavares, porque, mesmo estando distante, sempre me incentivou e acreditou em mim, ensinou-me a ter paciência, perseverança e sempre respeitar e compreender que, por mais difícil que seja a situação, significa apenas uma fase passageira. Obrigada por acreditar em mim!

Agradeço a minha madrinha Ângela Maria pelas conversas esclarecedoras sobre as comunidades quilombolas e pelo incentivo de relatar a realidade do Quilombo.

Agradeço a minha amiga que considero uma irmã, Verônica Lisboa Costa, pela nossa jornada fraternal. Ela me ensinou, através dos seus conselhos, a viver com mais reflexão sobre tudo ao meu redor. Além disso, sempre acreditou em mim e me fez perceber que Deus está presente e rege toda a minha vida.

Agradeço a minha irmã, Jayne Tavares Ferreira, que sempre me escutou nos momentos mais difíceis, mandando força e me encorajando a sempre seguir enfrentando as situações com coragem, determinação e ousadia. Da mesma forma, agradeço a minha irmã, Marilly Tavares Ferreira, e ao meu irmão, Murillo Tavares Ferreira, por todo o carinho, amor e amparo.

Aos meus avós, Anfrizio Tavares dos Santos, Maria Damiana e, *in memoriam*, Maria Francisca Ferreira, por sempre me encorajaram e me ensinarem a não desistir do meu sonho.

Agradeço ao meu namorado, João Paulo Monteiro Sales, pelos conselhos incentivo, paciência, compreensão, companheirismo, pelas resenhas e gargalhadas, por estar ao meu lado me encorajando.

Agradeço ao meu tio, Francisco de Assis Gonzaga Tavares, e a sua esposa, Roberta Gonzaga Tavares, pela acolhida durante essa fase da minha vida.

Ao longo desse caminho, encontrei pessoas maravilhosas, colegas que ficarão marcados para sempre em meu coração. São eles: Aline, Taise, Haslan, Lucas, Cassiano, Wesley, Verônica, Ingrid, Daiane, Elaine e Taiane. Agradeço por todos os momentos marcantes que passamos juntos.

Agradeço a minha orientadora, Professora Doutora Carmem Lucia Santos, pela orientação, pela ajuda, pelo auxílio nessa trajetória, pela paciência e dedicação além do que era exigido de uma orientadora. Obrigada por perseverar comigo!

Agradeço a todos os professores que compõem o corpo docente do Curso de Tecnologia em Agroecologia por trabalharem com dedicação e paixão! Obrigada especificamente aos professores Anderson Nascimento Vasco, Anselmo de Deus Santos, Arão Araújo Gomes, Carmen Lúcia Santos, Edelvio Gomes, Irinéia Rosa do Nascimento, João Bosco Silva Rocha, José Oliveira Dantas, Liamara Perin, Lindamar Oliveira da Silva, Sarita Socorro Campos Pinheiro, Thiago Lima da Silva, Willams Gomes da Silva, com quem tive contato mais direto, por terem contribuído nesse processo de amadurecimento intelectual.

RESUMO

Como resposta das reivindicações pela demarcação e regularização das comunidades quilombolas no início dos anos dois mil, o governo lançou vários programas e planos voltados para acesso a políticas e serviços públicos ao lado de outros voltados para aspectos de manutenção de práticas culturais de renda sustentáveis. Dessa forma, o presente estudo objetivou identificar de que forma as comunidades de quilombo, que fazem parte da área representada pela Associação Quilombola Santa Cruz de Brejão dos Negros no município de Brejo Grande, Sergipe, têm acessado a política quilombola, examinando quais os avanços e limitações na sua efetivação. O estudo, do tipo descritivo-exploratório, envolveu pesquisa bibliográfica e documental, constituindo enfoque metodológico do trabalho. Inicialmente foi realizada a revisão e o levantamento bibliográfico geral e específico sobre agroecologia e políticas públicas, completando-se com literatura especializada sobre as políticas direcionadas às comunidades quilombolas, com posterior fichamento do acervo bibliográfico encontrado em artigos, dissertações, documentários, cartilhas, livros, endereços eletrônicos institucionais e documentos oficiais. A pesquisa também foi composta por um segundo momento em que foi realizada análise sobre as ações executadas, como também por meio de trabalho *in locu* em quatro comunidades do quilombo: Brejão dos Negros/Santa Cruz, Resina, Carapitanga e Brejo Grande. O intuito foi observar e traçar um panorama do meio ambiente, dos sistemas de produção, das práticas religiosas, a fim de identificar quais mudanças ocorreram na comunidade nos últimos anos. A leitura foi complementada com registro escrito e fotográfico. O resultado demonstra que foi a partir da organização democrática da comunidade em associação que os mesmos conseguiram acessar políticas públicas de desenvolvimento. Conclui-se que as Comunidades Quilombolas Santa Cruz e Resina possuem terras para prática de agricultura sustentável, diferente das comunidades em Brejo Grande e Carapitanga que não possui registros de terras desapropriadas para fim da reforma agrária.

Palavras-chave: agroecologia; políticas públicas; quilombolas; comunidades quilombolas.

ABSTRACT

In response to the demands for the demarcation and regularization of quilombola communities in the early 2000s, the government launched several programs and plans aimed at accessing public policies and services alongside others aimed at aspects of maintaining sustainable cultural income practices. Thus, this study aimed to identify how quilombo communities, which are part of the area represented by the Quilombola Association Santa Cruz de Brejão dos Negros in the municipality of Brejo Grande, Sergipe, have accessed quilombola policy, examining what advances and limitations on its effectiveness. The study, of the descriptive-exploratory type, involved bibliographical and documentary research constituting a methodological focus of the work. Initially, a general and specific bibliographic review and survey on agroecology and public policies was carried out, complete with specialized literature on policies aimed at quilombola communities, with subsequent filing of the bibliographic collection found in articles, dissertations, documentaries, books, institutional email addresses and official documents. The research was also composed of a second moment in which an analysis was carried out on the actions carried out, as well as through work in locu in four quilombo communities: Brejão dos Negro / Santa Cruz, Resina, Carapitanga and Brejo Grande. The aim was to observe and draw a panorama of the environment, production systems, religious practices, in order to identify what changes have occurred in the community in recent years. The reading was complemented with a written and photographic record. The result shows that it was from the democratic organization of the community in association that they were able to access public development policies. It is concluded that the Quilombolas Santa Cruz e Resina Community has land for sustainable agriculture practice, diverging from the community in Brejo Grande and Carapitanga.

Keywords: Agroecology; Public Policy; Quilombolas; Quilombola Communities.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABA – Associação Brasileira de Antropologia

APA – Área de Proteção Ambiental

CBHSF – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

COHIDRO – Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CQ – Comunidade Quilombola

CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

DESO - Companhia de Saneamento de Sergipe

DEX – Diretoria de Extensão

DOE – Diário Oficial do Estado

DOU – Diário Oficial da União

EMDAGRO – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe

ENERGISA – Distribuidora de Energia S/A

FCP – Fundação Cultural Palmares

GOU – Orçamento Geral da União

IB – Instituto Braço

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDH – Ministério dos Direitos Humanos

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos em Sergipe

MPB – Maracatu Patrocínio do Brejão

MPF – Ministério Público Federal

MRQ – Maracatu Raízes do Quilombo

NORCON – Sociedade Nordestina de Construções S. A.

PBQ – Programa Brasil Quilombola

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

PNPIR – Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial

RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEDR – Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

SEIDES – Secretaria de Estado de Inclusão Assistência e do Desenvolvimento Social

SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

LISTA FIGURAS

Figura 1	Quilombo Brejão dos Negros: Localização Geral	22
Figura 2	Unidade de Beneficiamento de Coco construída na CQ Resina	34
Figura 3	Livreto Resultado do Projeto	36
Figura 4	Estrada Vicinal na Comunidade Resina.....	39
Figura 5	Árvore do Gameleiro. Mata que fica localizada atrás do Conj. Santa Cruz	40
Figura 6	Mapa das quatro comunidades, desenhado pelos moradores.....	43
Figura 7	Mapa de Brejão dos Negros	44
Figura 8	Comunidade Quilombola Resina	45
Figura 9	Engenhos e fazendas ao longo da Rodovia SE 200 em direção a Brejo Grande	45
Figura10	Mapa de Brejo Grande	46
Figura 11	Plantio de Milho e Mandioca na Comunidade Quilombola Santa Cruz	47
Figura 12	Casas construídas na Comunidade Quilombola Santa Cruz	48
Figura 13	Imagem do Cruzeiro	48
Figura 14	Plantio de hortaliças	49
Figura 15	Quintal Produtivo na Comunidade Quilombola Resina	50
Figura 16	Porto da Carapitanga e parte do Mangue desmatado para construção de Viveiros	51

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

1.	INTRODUÇÃO	10
1.1	Alguns Aspectos sobre Quilombos	13
1.2	Políticas Públicas para os Quilombolas	15
2.	OBJETIVOS	20
3.	METODOLOGIA	21
3.1.	O Local de Estudo	21
3.2.	Percurso Metodológico	23
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
4.1.	Características das Comunidades do Quilombo Brejão dos Negros	24
4.2.	Associação Remanescente de Quilombola Santa Cruz de Brejão dos Negros	31
4.3.	Projeto Cantos, Cantigas e Identidade: Alternativas para Preservação dos Mangues e das Matas do Quilombo Brejão dos Negros	32
4.4.	Avanços e Limites	46
4.5.	Caminhada Transversal nas Comunidades Remanescente de Quilombo do Brejão dos Negros	47
5.	CONCLUSÃO	51
6.	REFERÊNCIAS	53

1. INTRODUÇÃO

No cenário político, a partir dos anos dois mil, ações governamentais expressas em programas e planos buscaram responder a reivindicação da luta pelo reconhecimento das comunidades quilombolas. Essas Comunidades de Quilombo - CQ são grupos com características étnicas e raciais atribuídas por si e que possuem trajetória própria, relações territoriais específicas e presunção de ancestralidade negra relacionada com a escravidão¹. Almeida (2002), Leite (2008), Teixeira e Sampaio (2019) explicam que se trata do conceito acionado pelo Poder Público para operacionalizar políticas públicas, apesar de não considerar aspectos das identidades sociais e raciais.

Essas comunidades ganharam destaque frente às instâncias governamentais por defender a demarcação e priorizar a importância da regularização e gestão do seu território quilombola, bem como a necessidade de implantação de políticas visando seu desenvolvimento e acesso a melhores condições de vida. Por essa via de reflexão e ação para permanência no lugar, defesa da garantia dos direitos territoriais, prioridade de importância da terra, como aquelas utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural, a luta política pela resistência se conduziu. Assim, as comunidades de quilombo constituem-se um novo sujeito político no campo jurídico brasileiro.

A partir desse ponto, desenvolve-se um formato de intervenção nessas comunidades, com várias políticas públicas lançadas, permitindo-se novos desafios e possibilidades. Isso implica dizer que elas constituem ações com maior repercussão e, desde então, no sentido mais teórico, passaram a representar um horizonte de perspectivas quanto à regularização da posse da terra, fomento à produção, oportunidade de geração de renda, estímulo ao desenvolvimento sustentável, infraestrutura e cidadania. Sob esse ponto de vista, é considerada de extrema importância a participação da comunidade nas tomadas de decisão, incluindo jovens e representantes mais velhos, detentores de conhecimentos tradicionais, fortalecendo sua identidade cultural e política, além de representarem um componente importante na discussão de políticas públicas que possam fortalecer suas práticas tradicionais e assegurar seus direitos territoriais, como instrumento para a conservação da biodiversidade.

¹ Segundo a definição legal expressa no Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003.

Sergipe tornou-se uma das unidades da Federação com projetos que envolvem ações incentivadoras ao processo da gestão em comunidades quilombolas. Essas foram implementadas por diversos órgãos federais e estaduais, de modo a promover o seu uso sustentável e a garantia de direitos destas comunidades, com uma parcela da população com reivindicações, conflitos e interesses em grande número e que devem ser considerados no contexto das políticas públicas. De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (2018), o Estado possui 31 comunidades com recorte de etnia formado por grupos étnicos que estão inseridos em todas as bacias hidrográficas do Estado. A maior proporcionalidade está presente na Bacia do Rio São Francisco/Japaratuba, existindo referência a algumas comunidades que também fazem uso do Oceano Atlântico por conta da proximidade.

Na proposta governamental, que reúne representantes dos governos federal, estaduais e municipais, além de representantes da sociedade civil que passam a ser corresponsáveis nas ações de planejamento, os elementos de reconhecimento cultural e de redistribuição material aparecem com força, “na medida em que estão propostas ações voltadas para aspectos de manutenção de práticas culturais ao lado de outras voltadas para acesso a políticas e serviços públicos e ainda a geração de oportunidade de renda” (BRANDÃO, JORGE, DALT, 2016, p.26).

Nessa perspectiva, na última década, várias políticas foram lançadas para os quilombolas, visando torná-los sustentáveis, como o Programa Brasil Quilombola-PBQ², sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR³. Alguns eixos que o norteiam: acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, desenvolvimento local e inclusão produtiva, direitos e cidadania. Embora se trate de um programa, principalmente no padrão de ações de proteção social, mas também ligadas à esfera produtiva, alguns atores, lideranças da comunidade representada pelas Associações Quilombolas, têm se mobilizado desde sua criação, tanto no sentido de compreendê-lo, como se organizar para dialogar com os demais representantes. Reuniões são organizadas por esses grupos no sentido de acompanhar, discutir as ações governamentais e promover a participação nessas ações. Dentre as

² O PBQ instituído em 2004 e institucionalizado com a Agenda Social Quilombola, através do Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007, que dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do PBQ, e dá outras providências, Brasília, DF.

³ Primeiro órgão voltado para a temática racial que alcança o *status* de Ministério na estrutura do Estado brasileiro.

ações executadas, destaca-se a linha de ação de apoio financeiro a projetos voltados para comunidades quilombolas, alvo do tema aqui tratado, a partir do lançamento de editais direcionados a entidades públicas e entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, iniciativa desenvolvida a partir de 2013, pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA. Tal edital está vinculado à elaboração de instrumento para desenhar uma política pública para a gestão territorial e ambiental de territórios quilombolas e o fortalecimento de processos de mobilização, formação e fortalecimento comunitário para a gestão territorial e ambiental. Como indicam Brandão, Jorge e Dalt (2016, p.27), as ações, embora tenham gerado efeitos muito abaixo do esperado, marcam uma diferença em relação à situação anterior de invisibilidade.

Silva (2014, p. 21) também observa que “as políticas para este grupo também estão sendo baseadas em modelos de agricultura agroecológica, que prioriza o uso dos recursos locais, com menor dependência de insumos externos, visando a sustentabilidade das atividades de produção”. Esta política marca a emergência de “racionalizar o uso dos recursos naturais, tanto para a subsistência, quanto para geração de renda” (p.47).

No entanto, é preciso atentar para o que já alertou Altieri acerca dos sistemas agrícolas tradicionais que “surgiram no decorrer de séculos de evolução biológica e cultural”. Representam as experiências acumuladas de agricultores interagindo com o meio ambiente sem acesso a insumos externos, capital ou conhecimento científico” (ALTIERI, 2004, p.29). Toledo, (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p.9) indica esse caminho em que “[...] as culturas tradicionais tendem a implantar e desenvolver sistemas ecologicamente corretos contribuindo para apropriação dos recursos naturais”. Sevilla Gusman (2001, p.39) a esse respeito afirma que “[...] a co-evolução local possui a lógica de funcionamento do agroecossistema, naquelas zonas em que o manejo tradicional histórico mostrou condições de sustentabilidade.

Trabalhos de pesquisas já realizadas sobre a efetivação das políticas públicas nas comunidades quilombolas apontam que, com inúmeros projetos desenvolvidos nessas comunidades, observam-se poucos resultados concretos e efetivos e normalmente estes acabam sendo dependentes de novos aportes financeiros (NAVAS et al, 2015, p. 2). No estudo de Brandão, Jorge, Dalt (2016) sobre o diagnóstico do PBQ, foram evidenciados baixos níveis de acesso a políticas públicas e sociais por comunidades quilombolas, inclusive nas que foram tituladas. Teixeira e Sampaio (2019) destacaram que o baixo acesso das comunidades quilombolas a políticas públicas está

associado à alocação orçamentária. Além disso, os referidos autores chamaram atenção para o acaso, ao menos orçamentário de políticas públicas com recorte racial no país no âmbito do Governo Federal.

Para visualização desse cenário, pretende-se trabalhar com a área quilombola representada pela Associação Remanescente de Quilombo Santa Cruz de Brejão dos Negros, no município de Brejo Grande, nordeste de Sergipe, por ter sido alvo de ações públicas e possuir o título coletivo de posse da terra. Nisso, observou-se uma articulação de entidades em defesa de Quilombo Brejão dos Negros, como a Cáritas Diocesana de Propriá, o Instituto Braço - IB, o INCRA, a Secretaria de Estado de Inclusão Assistência e do Desenvolvimento Social - SEIDES, o Movimento Nacional de Direitos Humanos em Sergipe - MNDH. O sentido é operacionalizar projetos de “resgate cultural” nas comunidades quilombolas, com a produção de vídeo e cartilha, programas de combate à exclusão socioeconômica, projetos de assessoria técnica e jurídica, financiados pelo Governo Federal. Ademais, há incentivo e apoio a processos de organização política, a fim de requerer da Fundação Cultural Palmares - FCP a certificação.

1.1 Alguns aspectos sobre Quilombos

A Comunidade de quilombo, marcada por um histórico de exclusão, constitui-se em um bom exemplo da articulação entre resistência – autonomia, que se reflete nas relações sociopolíticas dos sujeitos nos locais onde vivem. Entende-se que essa articulação se constitui pelo elo entre comunidade e cultura, que se concretizam por serem espaços de resistência cultural e sobrevivência. Importante pontuar também que esses mesmos aspectos participam do discurso sobre recorrente tema quilombola.

Dessa forma, Arruti (2008, p. 316) diz que quilombos são “grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e na reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar”. Esses grupos se constituem como “grupos étnicos”, cuja organização confere pertencimento através de normas e de meios empregados que indicam “afiliação ou exclusão” e “a sua territorialidade” é caracterizada pelo “[...] uso comum”, pela “[...] sazonalidade das suas atividades produtivas”, e por “ocupação do espaço que tem por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade”(ARRUTI, 2008, p.316). Isso quer dizer que a ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais: predomina o uso comum. A utilização dessas áreas obedece à

sazonalização das atividades agrícolas, extrativistas, entre outras. Para Arruti (2008), resistência e autonomia são os elementos fundamentais para caracterizar o conceito contemporâneo de quilombos.

O termo “quilombo” sofre suas mais significativas ressemantizações⁴, ao passo que deixa de ser usado pela ordem repressiva para tornar-se signo de resistência corrente nos discursos políticos (ARRUTI, 2008). O autor sinaliza três tipos de ressemantizações do termo: (1) O quilombo como resistência cultural – refere-se, portanto, à persistência ou à produção de uma cultura negra no Brasil (p.318). (2) O quilombo como resistência política – “a referência África é substituída pela referência Estado” (p.319) e leva-se em conta, também, seu caráter relacional, visto que, de acordo com o referido autor, reflete a relação (potencial) entre ordem dominante e classes populares. E (3): O quilombo como ícone da resistência negra – se dá pela influência do movimento negro, somando a perspectiva cultural ou racial à perspectiva política; ainda é visto como “uma reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial e não significa escravo fugido” (p.320).

Silva (2018) trata do termo quilombo destacando os estudos no contexto da historiografia sobre quilombolas no Brasil, indicando um grande volume de ressemantizações pela literatura especializada ao longo do tempo. Nesse entendimento discursivo, o autor apoia-se na visão de Ramos (1934) que descreveu o negro sob um viés étnico e racial, desprezando a percepção social como trabalhador escravizado. Já os quilombos, entendeu como “reação da cultura negra em aceitar novos traços culturais” (p.118). Em sua análise, o referido autor recorreu às reflexões de Moura (1959), que expõe o quilombo “como uma forma fundamental de resistência numa sociedade dialética entre trabalhadores escravizados e escravizadores”. Essa observação, como destacou o autor, provocou uma mudança abrupta no sentido da palavra, pois não aceitaram mais quilombo como uma visão culturalista e sim como forma de resistência do trabalhador escravizado (p.118). Como escreve o autor, na perspectiva de Freitas (1973), “a ideia de quilombo é vista como uma expressão da luta de classes entre trabalhador escravizado e o proprietário” (p.119). No entendimento sobre o quilombo como uma expressão da resistência negra, o autor leva em conta também a discussão

⁴Os debates acerca das ressemantizações está explícito no documento do extinto grupo de trabalho sobre comunidades negras rurais da Associação Brasileira de Antropologia – ABA (1994), como indica Arruti (2008). Por exemplo, o documento inicia reconhecendo que ainda que tenha um conteúdo histórico, o [termo quilombo] vem sendo ressemantizado pela literatura especializada como destaca Arruti (2008, p.316).

apresentada por Reis (1986), que “retomou em parte a visão cultural de quilombo, pois deu destaque à resistência social e também à cultura africana” (p.119).

Esse aspecto é semelhantemente observado por Moura (2006), citado por Silva (2014, p.26), ao sinalizar que o quilombo é “uma comunidade negra rural habitada por descendentes de africanos escravizados, com laços de parentesco, que vivem da agricultura de subsistência, em terra doada, comprada ou secularmente ocupada por seus antepassados, os quais mantêm as tradições culturais e as vivenciam no presente, com suas histórias e seu código de ética, que são transmitidos oralmente de geração a geração”.

De acordo com a Associação Brasileira de Antropologia - ABA, considera-se remanescente de quilombo “toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado”. Assim, a terra não é vista como uma propriedade particular, mas como um bem comum, já que “a identidade cultural é construída com apropriação comunal do espaço” Guanaes *et al* 2000 (apud TUBALDINE; SILVIA, 2009, p.116).

Melo (2010, p.15) afirma que “as práticas produtivas que os quilombos desenvolveram, sendo algumas mantidas até hoje, eram de certa forma alternativas ao sistema econômico oficial da escravidão e do pós-escravidão”. Como destaca o autor, “isso não quer dizer que fossem, ou que sejam, isoladas do sistema. Sempre estiveram contextualizadas na produção agrícola regional”. Porém, o manejo dos recursos ambientais com vistas à produção, nos quilombos, historicamente, vem tendo uma dinâmica particular (p. 15).

Como destacam Lima *et al* (2015), “os debates acerca das ressemantizações e a luta da militância negra para garantir o acesso à terra e a preservação da cultura desses grupos são retomados a partir do marco legal-institucional que reconhece juridicamente as comunidades quilombolas”⁵.

1.2 Políticas Públicas para os Quilombolas

A expressão “política pública passou a constituir um dos conceitos que não apresenta uma única definição ou dispõe de consenso na literatura acadêmica” (TEIXEIRA; SAMPAIO, 2019; SANTOS, 2014).

⁵ Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Federal de 1988, estabelece que “os remanescentes das comunidades quilombolas que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado fazer emissão dos títulos respectivos às comunidades” (ADCT, 1988). Brasília, DF.

Dye (2005, p.1) as compreende como “o que os governos decidem fazer ou deixar de fazer” (apud Heidemann, 2009, p.30). De acordo com Heidemann (2009), “a definição de Dye, efetivamente, de ordem descritiva e tem um sentido de conformidade com o que se pode observar na prática” (p.30). O autor indica, ainda, que a definição de política pública inclui ao mesmo tempo dois elementos chaves: ação e intenção.

Entende-se Políticas Públicas como um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade, tais como saúde, educação, meio ambiente (SEBRAE,2008).

As políticas públicas voltadas para os quilombolas surgiram a partir de inúmeras reivindicações do povo negro no Brasil. São orientadas por ações afirmativas e começaram a ser implantadas no início dos anos 2000, com a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR e a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR.

Em 2003 foi criada a SEPPIR, instituída através da Medida Provisória nº 111, de 21/03/2003, convertida na Lei nº 10.678. O primeiro órgão voltado para temática racial que alcança o *status* de Ministério na estrutura do Estado Brasileiro. É responsável por desenvolver parcerias com os demais entes federados e sociedade civil para elaboração, execução e acompanhamento de ações afirmativas destinadas ao enfrentamento das desigualdades étnicas referentes à educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, trabalho, moradia, meios de comunicação de massa, financiamentos públicos, acesso a terra, à justiça, juventude, mulheres, entre outras. Convém destacar que em fevereiro de 2017 a SEPPIR passa a integrar o Ministério dos Direitos Humanos - MDH, criado pela medida provisória nº 768. (MDH, 2018, p.10).

Também em 2003 foi lançada a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR, através do Decreto Federal nº 4886 (BRASIL,2003). Este constitui-se em um marco histórico na construção de políticas públicas para os quilombolas. Seu principal objetivo foi à redução das desigualdades raciais no Brasil. Além disso, há ênfase dada à população negra, mediante realização de ações executáveis, por meio de programas e projetos, a longo, médio e curto prazo, com reconhecimento das demandas mais imediatas, bem como das áreas de atuação prioritária (SILVA, 2018). A política caracterizada pelos princípios de gestão é abordada por Silva, que considera:

- (a) Transversalidade, em que há a participação de vários órgãos na execução e gestão das ações para combater as desigualdades raciais;
- (b) gestão descentralizada, em que se busca articular os entes federativos;
- (c) gestão democrática, por meio do diálogo com a sociedade civil participante da luta quilombola (SILVA, 2018, p.122).

Outro marco importante para a política quilombola ocorreu em 2004 por meio do PBQ vigente até 2016. Objetiva-se desenvolver ações para consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. A descentralização da gestão era feita pela articulação com estados e municípios e pela instituição de comitês estaduais – responsáveis pela consolidação dos planos estaduais de ações integradas do programa (SEPPPIR, 2013; TEIXEIRA; SAMPAIO, 2019). A partir desse programa, em 2007, foi instituída a Agenda Social Quilombola por meio do Decreto 6261/2007. Com isso, foram definidos quatro eixos prioritários de focalização das políticas públicas destinadas aos quilombolas: acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local, direito e cidadania.

No acesso a terra, a certificação é o primeiro passo para a regularização fundiária e para o reconhecimento da identidade da comunidade enquanto remanescente de quilombo, além de contribuir e ampliar ações de proteção, preservação e promoção do patrimônio cultural para essas comunidades. A emissão da certificação é responsabilidade da Fundação Cultural Palmares - FCP, que atualmente está vinculada ao Ministério da Cidadania. Somente a Comunidade Remanescente de Quilombo pode requerer a certidão. O processo para obtenção da certificação obedece às normas da Portaria da Fundação Cultural Palmares nº 98, de 26/11/2007. Com a certificação, é aberto o processo de Regularização Fundiária, com a qual a comunidade passa a existir legalmente como proprietária da terra, em nome da associação, onde se localiza e tira sua subsistência. Esse processo é de responsabilidade do INCRA, em parceria com os Institutos de Terras Estaduais e Secretaria de Patrimônio da União (SEPPPIR, 2013).

Ainda nesta perspectiva, Silva (2018, p.123) comenta que seria “o eixo onde há a efetivação mais baixa das políticas públicas para os quilombolas”. O autor acrescenta que:

[...] a titulação dos territórios quilombolas ser a base para a existência dos outros três eixos do PBQ - já que ele consolida o passo fundamental da comunidade ser reconhecida juridicamente como tal a ser concedido o seu direito de acesso à terra para que haja a continuidade da sua cultura e identidade [...] (SILVA, 2018, p.123).

A Infraestrutura e Qualidade de Vida foi criada para resolver os problemas de infraestrutura nas comunidades quilombolas, tais como, habitação, eletricidade, saneamento básico e comunicação.

A política de habitação para os quilombolas busca ser realizada pelo Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR. A SEPPIR firmou um acordo de cooperação com a Caixa Econômica Federal para implementação do programa *Minha Casa Minha Vida*, com o intuito de promover o desenvolvimento local e regional das comunidades quilombolas, por intermédio do apoio às associações quilombolas e aos movimentos sociais, instrumentalizando-as, técnica e conceitualmente, e aperfeiçoando a sua capacidade gestora, financeira e técnico-operacional. O grupo concede subsídios com Orçamento Geral da União - GOU ao beneficiário (pessoa física), agricultor familiar ou trabalhador rural, organizados por uma Entidade Organizadora para aquisição de material de construção, conclusão ou reforma/ampliação da unidade habitacional em área rural (SEPPIR, 2013).

Já em relação ao setor de eletricidade, destaca-se o Programa Luz para Todos, instituído pelo Decreto nº. 7520/2011. Tal programa foi lançado em 2003. O objetivo é levar energia elétrica até o ano 2022, destinado à parcela da população do meio rural que não possua acesso a esse serviço público. O programa utilizará a energia como vetor de desenvolvimento social e econômico das comunidades, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar (SEPPIR, 2013).

Convém destacar que em 2012, segundo dados dos relatórios de gestão da (SEDURB, 2012), foram alcançados pelo programa Luz para Todos 26.345 domicílios em comunidades quilombolas.

Com relação à inclusão produtiva e desenvolvimento local, Silva (2018, p. 125) destaca que esse eixo deu impulso para “estimular o desenvolvimento produtivo local e geração da independência econômica das comunidades quilombolas, respeitando-se a sua cultura e recursos naturais envolvidos nos seus territórios”.

Nesse sentido, dentre os objetivos do programa, destaca-se a promoção da agroecologia, visando racionalizar o uso dos recursos naturais, tanto para subsistência, quando para geração de renda. Outro ponto para as políticas públicas direcionadas aos quilombolas foi a sua inserção na definição de agricultor familiar, por meio da Lei nº 11.326/2006, que considera nesta categoria os integrantes das comunidades remanescentes de quilombos.

Mais recentemente, em 2013, o Ministério do Meio Ambiente - MMA constitui um grupo de trabalho para discutir a gestão territorial e ambiental dos quilombos e dois anos depois, em 2015, iniciou o trabalho de elaboração das diretrizes que define os princípios que devem nortear as ações de gestão territorial e ambiental de territórios quilombolas. Nele, as diretrizes compõem-se de um conjunto discursivo articulado para desencadear processos e práticas socioespaciais de desenvolvimento para os territórios quilombolas. Nesse sentido, o Ministério do Meio Ambiente, em parceria com a Secretaria Especial de Políticas Públicas e Igualdade Racial - SEPPIR, e com a Coordenação Nacional de Articulação das comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ, realizaram de dezembro de 2015 a maio de 2016 oficinas⁶ nacionais, locais, com a participação de representantes de governo e de comunidades quilombolas, propondo-se a compartilhar e refletir sobre experiências de gestão territorial e ambiental (MMA, 2016).

Em 28 de dezembro de 2018, a Portaria nº 477 institui a Comissão Permanente sobre gestão territorial e ambiental em territórios quilombolas, com a finalidade de promover a aproximação e a interlocução entre representantes quilombolas, sociedade civil e órgãos públicos, visando a elaboração da política de gestão ambiental e territorial em territórios quilombolas. A Portaria, em seu parágrafo único, considera que a Comissão Permanente dará continuidade aos trabalhos do Grupo de Trabalho Ministerial instituído pela Portaria MMA nº 298, de 21 de julho de 2016, tendo por base as discussões e entendimentos sobre diretrizes para a elaboração da política de gestão ambiental e territorial em territórios quilombolas (BRASIL, 2018).

Nesse sentido, o documento expressa cinco diretrizes que são direcionadas como proposições de políticas de gestão territorial e ambiental - fundamentar-se, informar-se e alimentar-se: **(i)** da memória coletiva; da identidade étnica; dos direitos constitucionais e infraconstitucionais vigentes e políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas; das práticas culturais; das tecnologias e formas de produção tradicionais; dos acervos e repertórios orais; dos festejos, usos, tradições e demais elementos que compõem o patrimônio cultural; do entendimento das comunidades quilombolas em relação à sua territorialidade no uso sustentável dos recursos naturais.

⁶ As oficinas são resultado de um processo iniciado em 2006, com a elaboração do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, o qual inclui as terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos no conceito de áreas protegidas brasileiras. E, também, traz como um dos seus objetivos a necessidade de potencializar o papel das áreas protegidas no desenvolvimento sustentável e na redução da pobreza (MMA, 2016).

(ii) As decisões e ações sobre a gestão coletiva dos territórios devem ser tomadas e realizadas pelos próprios quilombolas, representados pelas suas associações representativas, com o apoio do governo e de outras instituições (nacionais, internacionais, setor público e privado, terceiro setor), que intervêm enquanto parceiros. **(iii)** As ações em prol da gestão [...] devem buscar articular-se com os marcos legais vigentes e as políticas públicas existentes. **(iv)** A gestão [...] deve responder a funções básicas, entre elas: atuar como instrumento político de apoio à regularização fundiária; garantir a preservação física do território, baseada na conservação ambiental e seu uso sustentável; fortalecer a comunidade do ponto de vista sociopolítico; proporcionar desenvolvimento econômico e social ao território; basear-se no reconhecimento e na valorização das práticas ancestrais/tradicionais de forma a garantir a manutenção de seu exercício; atuar como instrumento político de apoio às políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas; garantir a autonomia das comunidades e viabilizar a autogestão territorial. **(v)** Serão priorizadas propostas que garantam representatividade geracional – incluindo jovens e representantes mais velhos das comunidades, detentores de conhecimentos tradicionais – e de gênero, que contemplem os diferentes beneficiários dos territórios, garantindo um debate amplo sobre territorialidade e uso de recursos (MMA, 2016).

Desse modo, em continuidade a essa ação, foi lançada a chamada pública MMA/SEDR/DEX 01/2016, para apoio à Gestão Territorial e Ambiental de Territórios Quilombolas, contemplado com recursos oriundos do Ministério do Meio Ambiente, tendo o objetivo de apoiar a elaboração e implementação de instrumentos e o fortalecimento de processos coletivos de gestão territorial e ambiental em territórios quilombolas, de modo a promover o seu uso sustentável e a garantia de direitos dessas comunidades.

Essas ações sistêmicas deram forma a novas ações que culminaram com a implantação do Projeto Cantigas e Identidade: Alternativas para Preservação dos Mangues e das Matas do Quilombo Brejão dos Negros, objeto do nosso estudo.

2. OBJETIVOS

O objetivo geral é examinar o cenário de política quilombola, em especial, o projeto na chamada pública SEDR/MMA/SEDX/01/2016, executado pela Associação Remanescente de Quilombo Santa Cruz de Brejão dos Negros, no município de Brejo

Grande – Sergipe, identificando seus avanços e limitações na sua efetivação. Nesse sentido, objetiva-se especificamente:

- ✓ Caracterizar o quilombo Brejão dos Negros, nos aspectos histórico e sociopolítico;
- ✓ Analisar o Projeto Cantos, Cantigas e Identidade: Alternativas para Preservação dos Mangues e das Matas do Quilombo Brejão dos Negros;
- ✓ Identificar os avanços produzidos e as limitações encontradas por essas políticas.

3. METODOLOGIA

A pesquisa do tipo descritivo-exploratória, envolvendo pesquisa bibliográfica e documental, complementada com a pesquisa de campo (caminhada transversal), constitui o enfoque metodológico do trabalho. Seu ponto de partida, conforme Gil (1999) é a descrição das características de um determinado fenômeno. Já o caráter exploratório da pesquisa é aplicável à medida que não se buscam resultados conclusivos, mas apenas o levantamento de informações básicas que sirvam de suporte para outros estudos futuros (GIL, 1999. 2010).

3.1 O local de estudo

O quilombo Brejão dos Negros, localizado em Sergipe, conta com um território de 8.125,5 hectares, sendo que 88% encontram-se no município de Brejo Grande e 12%, no município de Pacatuba. Está situado na região nordeste do Estado, na foz do Rio São Francisco, numa área de Mata Atlântica, rica em manguezal e com vegetação remanescente de mata de restinga. Conta com abundância hídrica da bacia do Rio São Francisco, onde o rio deságua no mar, destacando suas belezas naturais que, desde 2004, faz parte de uma Área de Proteção Ambiental - APA⁷, além de influenciar a dinâmica social, econômica e cultural das comunidades do quilombo. Ao todo, quatro Comunidades formam o território: Brejão dos Negros (Santa Cruz), Carapitanga, Resina e Brejo Grande (INCRA, 2012).

Politicamente, essas comunidades estão organizadas em torno da Associação de moradores: Associação Remanescente de Quilombo Santa Cruz de Brejão dos Negros - “Associação Mãe”. A existência de Associação nas Comunidades é

⁷ Decreto Estadual nº 22.995 d e 09 de novembro de 2004.

prerrogativa para a sua certificação do território quilombola junto à Fundação Cultural Palmares. Dessa forma, optou-se, então, por concentrar a pesquisa nas comunidades que fazem parte da área representada na Figura 1. A sua certificação data de 25 de julho de 2006⁸.

Figura 1: Quilombo Brejão dos Negros: Localização Geral.



Fonte: PINHEIRO, 2018. Elaboração: Mirelle Tavares Ferreira.

A área onde atualmente se encontram as comunidades do quilombo experimentou intensa exploração econômica, tornando-se promissora na produção de cana de açúcar. Havia a presença de vários engenhos, alguns modernos para a época, como o Cajuhype, o primeiro a funcionar a vapor. Além dos engenhos, os objetos antigos e parte da mobília refletem a forte presença da escravidão na memória coletiva, bem como as suas consequências sociais, políticas e econômicas. Assim como outros engenhos desativados, guardam-se vestígios concretos da escravidão negra e da produção açucareira na região (apud PINHEIRO, 2018).

De acordo com o INCRA (2016), uma das questões fundamentais para compreensão da formação histórica da construção do Quilombo foi a presença do negro

⁸ Pela Fundação Cultural Palmares. Registro nº 651, Fl. 161- Publicado no Diário Oficial da União em 28 de julho de 2006. Após a certificação, conforme o RTID (2015) foi delimitada a área atual correspondente ao território: 8.125,5558 há (oito mil, cento e vinte e cinco hectares, cinquenta e cinco ares e cinquenta e oito centiares), como destaca INCRA, (2013).

na região que atualmente corresponde às Comunidades do Quilombo de Brejão dos Negros. Em 1857, o Município de Neópolis – antiga Vila Nova, da qual fez parte o Município de Brejo Grande até o ano de 1926 – naquela época contava com 52 (cinquenta e dois) engenhos, cada um com uma média de 24 (vinte e quatro) escravos, totalizando 1.248 escravos (SENADO FEDERAL, 2015).

Politicamente, as comunidades estão estruturadas em torno da associação de moradores. Elas começaram a se organizar, conhecer e buscar os seus direitos, a partir de 2005, com o trabalho de Pe. Isaías, junto às lideranças locais na busca de melhorias sociais para a região. As comunidades já se atribuíam a si próprias como quilombolas, e de forma democrática, participativa, formaram a Associação Remanescente de Quilombo Santa Cruz do Brejão dos Negros em 2006. Por meio da associação, foi possível receber a certificação pela Fundação Cultural Palmares - FCP. A certificação é o ponto de partida para iniciar o processo de regularização da comunidade, que acontece por meio da identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras pelo INCRA.

3.2. Percurso metodológico

Inicialmente, foi realizada a revisão e o levantamento bibliográfico geral e específico sobre agroecologia e políticas públicas, completando-se com a literatura especializada sobre as políticas direcionadas às comunidades quilombolas, com posterior fichamento do acervo bibliográfico encontrado em artigos, dissertações, documentários, cartilhas, livros, endereços eletrônicos institucionais e documentos oficiais.

A pesquisa documental foi realizada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, utilizando o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território Brejão dos Negros - RTID (2012), além das informações encontradas no Parecer Técnico Conclusivo da Comunidade Brejão dos Negros (2013). No Ministério do Meio Ambiente - MMA, foram utilizados documentos da chamada pública SEDR/DEX 01 /2016 para apoio à Gestão Territorial e Ambiental de Territórios Quilombolas e do Relatório Final Cantos, Cantigas e Identidade: Alternativas para Preservação dos Mangues e das Matas do Quilombo Brejão dos Negros (2018). Na Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social - SEIDES foram utilizados o Relatório do Governo (2011), o Projeto Resgate da Identidade do

Povo de Brejão dos Negros: Perspectiva do ser Quilombola e o Projeto Ododuá, a parte Feminina da Criação e da Cartilha Resgate da Identidade do Povo de Brejão dos Negros: Perspectiva do ser Quilombola. No Youtube, Documentário: “Brejão dos Negros - Memória e Identidade” (2011). A pesquisa bibliográfica e documental dos temas relacionados aos estudos tem como suporte os documentos elaborados pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR encontrados em endereços eletrônicos oficiais e documentos fotográficos.

No segundo momento, a análise sobre as ações executadas também se dá através de caminhada percorrida em quatro comunidades do quilombo: Brejão dos Negros (Santa Cruz), Resina, Carapitanga e Brejo Grande. O intuito foi observar e traçar um panorama do meio ambiente, dos sistemas de produção, das práticas religiosas, a fim de identificar quais mudanças ocorreram na comunidade nos últimos anos. Essa leitura foi complementada com registro escrito e fotográfico.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Características das comunidades do Quilombo Brejão dos Negros

A Comunidade Quilombola de **Brejão dos Negros (Santa Cruz)** tem um total de 183 famílias Quilombolas. O povoamento da Comunidade Quilombola Brejão dos Negros ocorreu através dos escravos que fugiam dos engenhos do Cajuhype, do Raposo, da Capivara e do Saco. Antigamente, a referida comunidade chamava-se refúgio dos negros, pois era onde os negros se refugiavam. A comunidade Santa Cruz se formou com a desapropriação da área de 469,06 hectares denominada Fazenda Batateiras (INCRA, 2012, p.41, 42).

Em 2014, a Comunidade Quilombola Brejão dos Negros (Santa Cruz) foi beneficiada com a construção de casas pelo Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR. Após a certificação pela FCP, o INCRA iniciou os estudos antropológicos para a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID (INCRA, 2013).

Com o início dos estudos antropológicos, os conflitos se tornaram mais intensos na Comunidade Quilombola Brejão dos Negros, que chegou a se dividir em “Quilombolas” e “Não Quilombolas”. O grupo “Não Quilombolas” era formado por fazendeiros e pescadores contrários ao processo de reconhecimento e tinha como

principal representante a Senhora Rosivan Machado, a qual é moradora da localidade e faz parte da família de maior poder econômico e político legislativo na região.

O Padre Isaias Nascimento um dos líderes dos “Quilombolas” em muitas das suas homilias pregava a desigualdade social vivida por muitas famílias das comunidades. Sendo assim, as suas homilias não passavam despercebidas pelo grupo dos “Não Quilombolas”, de modo que tal fato deu início a uma série de atitudes violentas contra o pároco. Um exemplo claro foi a cerimônia de comemoração pela certificação da FCP, que contou com a presença de autoridades Eclesiais como o Dom Mario Rino Sivieri (*In Memoriam*), Poder Legislativo Municipal, representantes do INCRA e da FCP. A mesma foi marcada por um protesto violento direcionado ao Padre. O grupo dos “Não Quilombolas” estava do lado de fora da Igreja, armado com paus e facões, e gritava palavras de ordem, ameaçando invadir a Igreja para linchar o Padre e as demais autoridades que só conseguiram sair com escolta Policial (YOUTUBE, 2011).

Nesse cenário, o grupo de “Quilombolas” também foi alvo de muitas difamações - chamados de ladrões de terra - e havendo rumores de que estaria trazendo o retrocesso para a comunidade, voltando aos tempos de escravidão, das senzalas, do tronco e que os moradores da comunidade iriam perder suas casas. O grupo dos “Não Quilombolas” também foi responsável por carros de som na comunidade, declarando que a mesma não queria ser quilombola. O grupo também foi alvo de ações ilícitas como: corte de cercas, derrubadas de árvores e ataques aos animais do quilombo (BONFIM, 2017, p.40).

Com a finalidade de fortalecer o processo de identificação, delimitação e titulação da Comunidade Quilombola Brejão dos Negros, em 2011, a SEIDES, em parceria com o INCRA, desenvolveu dois projetos: Projeto Resgate da Identidade do Povo de Brejão dos Negros-Perspectiva de ser Quilombola e o Projeto Ododuwá—A Parte Feminina da Criação. O intuito foi promover Oficinas Pedagógicas, Festivais de Cultura e Arte, uma cartilha e um vídeo-documentário (SEIDES, 2011, p. 25).

Conforme descreve Ribeiro (2015), a Comunidade também contou com o apoio da Cáritas Diocesana de Propriá e do Mandato Popular da Deputada Ana Lúcia, filiada ao Partido dos Trabalhadores - PT. Diante da influência desses representantes, a comunidade Brejão dos Negros ganhou visibilidade através das inúmeras falas da Deputada junto à comunidade e ao Padre Isaias e através das inúmeras matérias que circulavam na internet e, especialmente, na página eletrônica da Assembleia Legislativa de Sergipe.

Após a conclusão, o RTID foi aprovado pela comunidade em 2012. Passando-se dois anos de sua aprovação, não houve a sua publicação no Diário Oficial da União - DOU. Sendo assim, em 2014, o *site* de notícias G1 em Sergipe relata que aproximadamente 100 remanescentes das quatro Comunidades do Quilombo de Brejão dos Negros fizeram uma ocupação pacífica no INCRA, com pauta reivindicando a publicação do RTID. O resultado da ocupação foi à publicação do RTID no DOU, em 4 de maio de 2015, e no Diário Oficial do Estado - DOE, no dia 5 de maio de 2015. O RTID encontra-se em fase de contestação pelos fazendeiros.

No decorrer do processo de elaboração do RTID, o INCRA desapropriou uma área de 469,06 hectares denominada Fazenda Batateiras, que atualmente é conhecida por Comunidade Santa Cruz (INCRA, 2012, p.456). Com a entrega das terras, a comunidade voltou a desenvolver atividades agrícolas nas roças (lote) como o plantio de milho, macaxeira, melancia, maxixe, feijão, abóbora e batata doce.

As relações de trabalho na comunidade antigamente davam-se em forma de diarista nas fazendas, recolhendo e descascando coco. Existe também um grupo de mulheres que produzem peças bordadas à mão, sendo comercializadas nas feiras das cidades mais próximas. As mulheres também ocupavam-se da pesca, da catação de caranguejo e da confecção artesanal de esteiras de palha de junco, uma prática muito antiga na comunidade. Ademais, existe uma Associação de Apicultores que já produz mel de abelhas e pólen, sendo esta mais uma fonte de renda para as famílias. São poucas as famílias Quilombolas que participam da Associação dos Apicultores, pois encontravam dificuldades para instalar as colmeias que precisam ser instaladas no interior das capoeiras, em sua maioria áreas cercadas pelos fazendeiros (INCRA, 2012, p.27,28).

Em 2014, a área da Fazenda Batateiras, atual Santa Cruz, começou a ser povoada com a entrega de 50 casas pelo programa PNHR, na área da fazenda Batateiras (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2014).

A Deputada Ana Lúcia, em 2015, apoiou financeiramente a construção da Casa de Farinha na Comunidade, por meio da concessão de subvenção à Associação Remanescente de Quilombo Santa Cruz de Brejão dos Negros. A construção foi realizada em mutirões pelos próprios Associados. Porém, a Comunidade ainda não possuía rede elétrica para operacionalizar a casa de farinha, portanto, a Deputada novamente colocou-se à disposição, marcando Audiências junto à ENERGISA

(Distribuidora de Energia S/A), que logo depois enviou técnicos para fazer a instalação na comunidade (JORNAL DO DIA, 2014).

Segundo o INCRA (2012), em Brejão dos Negros a religiosidade é muito intensa e se expressa nas tradicionais festas de Padroeiro realizadas durante todo o ano. As devoções religiosas também têm influência nas atividades da agricultura com o tradicional plantio do milho em dia de São José. Segundo essa tradição, as pessoas que levam o nome de José têm sucesso na plantação. Outra tradição cultuada prega que, para as plantações se desenvolverem bem, deve ser iniciado o plantio na quinta-feira, véspera da Sexta Feira da Paixão.

A Comunidade Quilombola, desde os tempos da escravidão, festejava a Santa Cruz, pois antigamente Santa Cruz era a padroeira da comunidade Brejão dos Negros. Porém, ao longo do tempo e por influência das famílias poderosas do Município, Santa Cruz foi substituída por N. Sra. do Patrocínio (INCRA, 2012, p.31).

A Comunidade Quilombola Brejão dos Negros também festeja Nossa senhora do Bom Parto. A origem dessa comemoração está ligada à importância que as parteiras tinham naquela época em que os partos eram realizados apenas por elas. Diante de um parto difícil, a parteira, conhecida carinhosamente por Mãe Neguinha, fazia uma promessa para que a criança pudesse nascer. Daí a Comunidade começou a festejar a N. Sra. do Bom Parto, no mês de agosto, no ano de 1988 (INCRA, 2012 p.30,31).

A comunidade já possuiu dois grupos de Maracatus: Maracatu Patrocínio do Brejão - MPB, comandado por D. Maria Dias Ferreira ou D. Lila; e o Maracatu Raízes do Quilombo - MRQ, comandado pelo Sr. Adalto dos Santos e D. Izaltina Silva Santos. O MRQ surgiu com os integrantes e militantes dos movimentos sociais no CQ Brejão dos Negros que, ao defender o reconhecimento das terras quilombolas, ganham projeção estadual e nacional, criando o seu próprio Maracatu (OLIVEIRA, 2017, p. 96).

Ainda conforme Oliveira (2017, p. 99), com a criação de mais um grupo, os conflitos na comunidade passaram do campo material e chegaram ao campo simbólico, provocando perdas irreparáveis para o MPB, uma vez que partes dos seus componentes seguem para o MRQ, entre eles o Sr. Adalto dos Santos, que comandava o cortejo na qualidade de mestre do MPB. Como parceiro de dona Maria Dias Ferreira, deixou o MPB em 2006 e por questões ideológicas associou-se ao movimento.

Ligado à Comunidade Quilombola, na condição de rei e mestre do MRQ, o Sr. Adalto dos Santos, em parceria com D. Izaltina Silva Santos, rainha do folguedo, passa a coordenar o recém-formado grupo. Sob o olhar ideológico e relacional, o novo

Maracatu identifica-se frente à sociedade Sergipana como sendo o único e legítimo representante da comunidade que preserva a ancestralidade dos afrodescendentes brasileiros, honrando suas práticas e traços de descendência africana (OLIVEIRA, 2017, p. 99).

Nas Comunidades Quilombolas, as *Rezadeiras* têm um papel importante, pois conservam os saberes antigos sobre plantas medicinais herdadas dos seus ancestrais escravos. Por exemplo, como forma de tratamento para pedra nos rins, é indicado o chá de quebra-pedra. O chá de carrapicho, o chá da folha e da flor de elevante e o chá da folha de abacate são indicados para combater a pressão alta. Quando algum membro da Comunidade apresentava sintomas de asma, é indicado fazer chá de cavalo marinho (peixe) e formiga de roça (saúva): os dois são torrados e depois se prepara o chá. Para esse mesmo sintoma, também é indicado o chá de sabugueiro.

As *Rezadeiras* também possuem conhecimento sobre rezas para dar proteção, para harmonização na família, problemas sentimentais e amorosos. Algumas das rezas são realizadas em frente à fogueira, por exemplo: para descer espinha de peixe da garganta ou qualquer coisa que as crianças tentavam engolir, reza para quebrar olhando em crianças, reza de proteção para quando entrar na mata ou nas antigas lagoas de arroz.

O Município de **Brejo Grande** está localizado ao norte do Estado, na Foz do Rio São Francisco, possuindo uma área de 14.995 KM², distante 137 km de Aracaju. O trajeto até a Cidade se faz através da BR 101 e Rodovia SE-2004.

Brejo Grande teve uma forte economia baseada na cana-de-açúcar, chegando a conter mais de 20 engenhos. Um dos mais importantes foi o Cajuhype, primeiro a funcionar a vapor, em 1873. Pertencia ao advogado Manoel de Lemos Souza Machado, um penedense que marcou decisivamente a história de Brejo Grande e do Baixo São Francisco. Por conta do declínio da cana, o Município encontrou outra vocação: o arroz. As terras inundáveis eram propícias para essa cultura. Mais tarde, ganha força em Brejo Grande o algodão, a pesca, o petróleo e o coco-da-baía. Na década de 50, o município também tinha uma grande produção de sal marinho (INCRA, 2012). Além disso, segundo o CINFOM (2002), devido ao desenvolvimento da cultura canavieira, o município também teve uma grande população de escravos e um movimentado porto.

Atualmente o Engenho do Cajuhype é residência dos Machados. As famílias dos escravos moravam e trabalhavam na lavoura, na área dentro do engenho, onde havia feira e uma Igrejinha (Capela). Aos poucos, o proprietário foi mandando todos saírem

da área: não tendo para onde ir, os escravos povoaram a área onde atualmente é Brejo Grande (INCRA, 2012, p.68).

O engenho alto da boa vista é conhecido por ser o maior entre todos os outros. A boca de sua fornalha dava-se de frente para o cruzeiro, exatamente erguido onde hoje se encontra a igreja matriz do Município. É deste engenho que surgiu, tempos depois, o nome de Brejo Grande (INCRA, 2012, p.65).

Os conflitos em Brejo Grande ocorreram com o intuito de intimidar as ações da Pastoral Social e da Cáritas Diocesana de Propriá, pois a mesma constatou que o município está entre os três mais pobres do estado de Sergipe. Promoveu-se no dia 09 de Agosto de 2005 o Fórum Social Municipal, assumindo os seguintes compromissos: Organização dos Sem Terra, posseiros e Afro-descendentes, articulação das Associações do Município na defesa do exercício da cidadania e a regularização das Terras da União para serem colocadas a serviço dos mais pobres. No dia do Agricultor Rural, em 2006, o quarto com suíte da casa paroquial, que fica em frente à garagem foi incendiado. O fogo foi apagado por dona Detinha e um grupo de crianças e adultos que atenderam ao apelo de socorro dela (MHuD, 2006).

De acordo com o Cartório Ofício Único de Brejo Grande (2015b), a CQ de Brejo Grande não possui terras compradas para fins da reforma agrária. Somente conta nos registros de Brejo Grande um terreno doado pela Prefeitura Municipal de Brejo Grande para a Associação de Pescadores Nossa Senhora da Conceição, no dia 20 de 2015, medindo 6.188,87, o terreno fica situado entre a Rua Juvina Tojal e o Rio São Francisco, constante área de plantação de arroz, e parte alta com 24 pés e coqueiros. A finalidade era a construção de uma casa de farinha e uma horta comunitária. O terreno hoje se encontra em posse da Associação Remanescente de Quilombo Dom José Brandão de Castro, pois os mesmos associados da Associação de Pescadores Nossa Senhora da Conceição participam da Associação Quilombola. Nesse espaço, encontra-se a sede Associação Quilombola de Brejo Grande e maquinários para produção de farinha de mandioca.

Situada a 17 km do Município de Brejo Grande- SE, a **Comunidade Quilombola Resina**, situada às margens do Rio São Francisco, com o acesso pela Rodovia SE-100, é conhecida por suas belas paisagens turísticas aliadas a uma grande diversidade ecológica. Segundo o INCRA (2012), os conflitos nessa área se intensificaram após a venda da Fazenda Capivara para a Sociedade Nordestina de Construções S. A. – NORCON. O principal objetivo da empresa era a construção de um

hotel de luxo. Como consequência, a comunidade passou a sofrer pressões e ameaças para deixar suas casas. Uma estratégia pensada pela NORCON foi a construção de casas mobiliadas para os moradores no Povoado Saramém. Porém, aqueles que se negaram a sair da área tiveram suas casas queimadas, as roças e plantações destruídas, além da proibição da pesca nas lagoas e nos mangues, a catação do caranguejo (p. 75, 76).

Os conflitos vieram a público e ganharam grandes proporções e intervenção de Poderes Públicos. O Ministério Público Federal-MPF mobilizou uma ação a favor da comunidade. A ação foi ajuizada e depois julgada em várias audiências na Justiça Federal, em Sergipe. O Juiz Federal da 2ª Vara em Sergipe, Ronivon de Aragão, reconheceu que a área onde vivem os Quilombolas de Resina pertence à União. Sendo assim, foi determinado que o INCRA realizasse o cerceamento da área de 174 hectares, destinada à comunidade (ECODEBATE, 2010).

Segundo o *site* de notícias socioambiental EcoDebate (2011), em reunião realizada na sede do MPF/SE, os remanescentes de quilombo relatam que logo após a decisão da Justiça o INCRA cercou a área entregue à comunidade, podendo assim os Quilombolas realizar plantações para sua subsistência. Os quilombolas relataram que um grupo armado ligado aos fazendeiros do Município destruiu um quilômetro de cerca, com plantações destruídas, e ainda moradores sofrendo ameaças. Após esse ocorrido, a Polícia Militar enviou um grupo de policiais para garantir a segurança dos moradores na comunidade.

A Comunidade Resina não possui rede de saneamento básico, e a qualidade da água extraída do Rio São Francisco para abastecer é inadequada devido à salinização do rio. Devido a esse fato, o Ministério Público Federal - MPF determinou à Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO que o abastecimento da água fosse realizado através de caminhão-pipa. O caminhão abastece as Comunidades Quilombola Brejão dos Negros, Santa Cruz, Resina Carapitanga e Brejo Grande (número do processo 0800276-59.2016.4.05.850) (JUSBRASIL, 2015).

A **Comunidade Quilombola Carapitanga** está localizada a 6,3 km do Município de Brejo Grande, tendo acesso através da Rodovia SE-100. A comunidade é conhecida por suas imensas áreas de manguezal e vegetação nativa, as quais sofreram uma intensa devastação para implementação ilegal de viveiros de camarão (carcinicultura). O processo de desmatamento ocorre em forma de queimadas. Em virtude disso, a comunidade realizou várias denúncias aos Órgãos Ambientais Estaduais

e Federais, no entanto nada de concreto até o momento foi realizado (INCRA, 2012, p.224).

A prática do desmatamento é realizada por ocupantes de grande poder aquisitivo, que em sua maioria não residem no Município. Ao realizar o desmatamento, é feita a extração do mangue "botão", considerado madeira de lei na região (INCRA, 2012, p. 224).

Observou-se que a Comunidade Carapitanga não possui histórico de prática no cultivo do arroz em suas lagoas, e sua economia está voltada para a pesca no rio, no mar aberto, para pesca artesanal e a catação de caranguejos nos mangues.

4.2. Associação Remanescente de Quilombola Santa Cruz de Brejão dos Negros

A Associação Remanescente de Quilombola Santa Cruz de Brejão dos Negros situa-se no povoado Brejão dos Negros, em Brejo Grande. De acordo com o Estatuto da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Brejão dos Negros (2015), é proprietária das terras conquistadas pela comunidade quilombola Brejão dos Negros, localizadas à margem direita da Foz do São Francisco, margeando o Oceano Atlântico e arredores do povoado Brejão dos Negros.

A Associação foi fundada em 19 de julho de 2006 com a finalidade de mobilizar as comunidades para requerer a certificação pela Fundação Cultural Palmares, tendo como objetivo administrar as terras conquistadas pela comunidade na Fazenda Batateiras (atual Comunidade Santa Cruz) e na Fazenda Capivara (Resina). Ademais, exerce função de representar frente aos órgãos governamentais os interesses das comunidades, estimular o desenvolvimento político, econômico, social, cultural e a construção de habitação de interesse social. Pleiteia também ações e futuros editais lançados pelo governo estadual ou municipal (CARTÓRIO OFÍCIO ÚNICO DE BREJO GRANDE, 2015a).

A existência de associação nas comunidades quilombolas é prerrogativa para sua certificação. Dessa forma, as comunidades que não possuíam associação passaram a se organizar na criação e efetivação desse espaço. Em nível de Estado, a Associação Quilombola Santa Cruz de Brejão dos Negros atua na mobilização das associações em torno das pautas de lutas junto às discussões sobre comunidades quilombolas. Fazem parte dela 183 famílias, sendo composta por uma coordenação e um conselho eleito pelos sócios associados em assembleia geral. Cada eleição tem validade de dois anos, na qual serão eleitas cinco pessoas para compor os cargos de coordenador geral, vice-

secretário, coordenador de cultura e de finanças. O conselho é constituído por nove associados eleitos pelos associados e tem função de zelar pelas terras e outros bens da associação, resolver conflitos entre coordenação e associados, fiscalizar contas e atuação da coordenação, auxiliar nas mais diversas tarefas de administração da associação (CARTÓRIO OFÍCIO ÚNICO DE BREJO GRANDE, 2015a).

A associação não faz distinção de credo religioso, condição social ou partido político. As terras das comunidades quilombolas são utilizadas pelos remanescentes de quilombo desde que autorizadas pela assembleia. As terras são de uso coletivo e não podem ser vendidas ou arrendadas, podendo os associados usufruírem de seus benefícios desde que seja para sua subsistência e de forma sustentável. As comunidades Resina, Carapitanga e Brejo Grande também podem usar as terras da comunidade Brejão dos Negros, desde que autorizadas pela associação.

A associação da Comunidade Remanescente de Quilombo do Brejão dos Negros realizou um papel importante na construção do Projeto Cantos, Cantigas e Identidade: Alternativas para Preservação dos Mangues e das Matas do Quilombo Brejão dos Negros. Sendo ela a proponente, realizou várias reuniões com lideranças e coordenação das Comunidades Quilombolas de Brejão dos Negros, juntamente com o INCRA e a antropóloga Ruth Ribeiro. As reuniões tiveram o intuito de fazer um levantamento sobre as necessidades de cada comunidade, para que o projeto pudesse ser escrito de acordo com as suas demandas. As comunidades relataram sobre o problema da salinização da água do Rio São Francisco e das cacimbas, pois o abastecimento das comunidades depende deles, como destaca a fala de uma participante da reunião.

“A senhora Isaltina frisou que as aulas já estavam sendo suspensas em escolas locais e que muita gente já estava sendo obrigada a comprar água mineral engarrafada e que na foz já estavam pescando no rio camarão de água salgada”. Maria Izaltina. (MMA, 2018a).

Por esses motivos, as comunidades sugeriram a compra de um dessalinizador. Outro ponto foi à construção de um local para as reuniões e apresentações culturais na comunidade, além de propor um trabalho sobre a vertente ambiental, em que se pudesse trabalhar com os jovens e adultos. Também foi proposto que o projeto abrangesse as quatro comunidades do quilombo, e que tentasse de alguma forma articular as questões de preservação ambiental e a construção de uma cartilha em uma linguagem para crianças e jovens, abordando o assunto sobre a defesa do caranguejo, das espécies

nativas e do mangue. Também foi proposta a construção de uma agroindústria para a produção de óleo de coco, uma vez que as mulheres da comunidade já realizam essa produção de forma artesanal e individual, por falta de espaço físico para organização de uma cooperativa.

4.3. Projeto Cantos, Cantigas e Identidade: Alternativas para Preservação dos Mangues e das Matas do Quilombo Brejão dos Negros.

O “Relatório Final do Projeto Cantos, Cantigas e Identidade: Alternativas para Preservação dos Mangues e das Matas do Quilombo Brejão dos Negros” (2018) aponta que, por meio dessa chamada pública, MMA/SEDR/DEX 01 /2016 para apoio à Gestão Territorial e Ambiental de Territórios Quilombolas, a Associação Quilombola Santa Cruz de Brejão dos Negros apresentou a proposta do território, logrando êxito com a aprovação. A Associação contratou a Antropóloga Ruth Paes Ribeiro para a construção do projeto *Cantos, Cantigas e Identidade: Alternativas para Preservação dos Mangues e das Matas do Quilombo Brejão dos Negros*. Trata-se de um projeto de gestão nos processos de elaboração e implementação de ações, desenvolvido pelo coletivo, com participação de idosos e jovens quilombolas, de modo a promover seu uso sustentável, levando em consideração à conservação da biodiversidade, as culturas, as ancestralidades dessas comunidades, mas também teria como finalidade a geração de renda.

De acordo com os documentos oficiais, a implantação do projeto objetivava basicamente a conscientização da comunidade para conservação do meio ambiente e geração de renda consciente, por intermédio do resgate histórico de cantos, cantigas e histórias da comunidade. Nele, as linhas de ação proposta se voltam para: construção de uma agroindústria, instalação de um dessalinizador, elaboração de um livreto sobre histórias, cantos e cantigas que fizeram e fazem parte do cotidiano dos moradores, oficinas para acompanhamento técnico (capacitação), construção de cinco mapas temáticos que retratam as áreas vulneráveis das Comunidades Quilombolas Brejão dos Negros, Santa, Carapitanga, Resina e Brejo Grande. Nesse sentido, as quatro ações direcionam-se como proposições de políticas, cujo fundamento é garantir aos quilombolas sua participação nas instâncias de discussão e elaboração. Por essa perspectiva, cria-se e se fortalece a gestão nos processos de elaboração e implementação de ações sobre todas as questões que, direta e indiretamente, afetam a vida dos quilombolas e o meio ambiente. A previsão do projeto é de que sejam beneficiadas

diretamente, pelo menos, quarenta mulheres produtoras de óleo de coco, pertencentes às quatro comunidades que contaram com o apoio do governo do Estado de Sergipe, por meio do Projeto Dom Távora. Todas as famílias do quilombo Brejão dos Negros que ganharão um espaço para reuniões e treinamentos – mais diretamente as 40 famílias que residem na comunidade Resina; os membros da **Associação Santa Cruz** que participarão da oficina de diagnóstico ambiental para construção do mapa temático; os idosos que serão selecionados e homenageados na elaboração dos livretos, e todas as 460 famílias quilombolas que terão a oportunidade de ler ou ouvir as histórias e cantigas registradas no livreto.

Nesse sentido, a primeira linha de ação trata da construção da agroindústria para extração do óleo de coco, tendo em vista que algumas mulheres do Quilombo de Brejão dos Negros já produziam. Nessa agroindústria, com 80 metros quadrados, dispõe-se de uma infraestrutura com dois cômodos, sendo uma cozinha equipada, onde se manipulam os frutos e se armazena a produção (Figura 2).

Figura 2: Unidade de Beneficiamento de Coco Construída na Comunidade Quilombola Resina.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019. Fotografia: Mirelle Tavares Ferreira.

Numa primeira etapa, essa ação voltou-se para contratação de Pessoa Jurídica a fim de elaborar e executar projeto arquitetônico, hidráulico, elétrico e estrutural, perfuração de poço e instalação de dessalinizadores.

Em reunião com as Comunidades do Quilombo de Brejão dos Negros, participaram o senhor Albuquerque, geólogo da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe – COHIDRO, a antropóloga Ruth Ribeiro, engenheiros agrônomos representantes do INCRA, Sany Mota e Quintino Borges, para discutir as especificidades do poço e dessalinizador. O geólogo apresentou duas possíveis soluções para a salinização da água na comunidade. Primeiro explicou as características e custos para instalação e manutenção de um dessalinizador. De acordo com o geólogo, o custo para aquisição de um dessalinizador era de no mínimo cerca de R \$25.000 (vinte e cinco mil reais) e que para instalá-lo seria preciso uma bomba para puxar água do rio, além de uma rede elétrica mais reforçada. Explicou também que, para a sua manutenção – sobretudo com a troca das membranas – a comunidade iria gastar cerca de R \$4.000 (quatro mil reais) a R \$6.000 (seis mil reais) por ano. A segunda possibilidade de solução seria a perfuração de um poço. De acordo com o técnico da COHIDRO, o gasto ocorreria apenas de 6 em 6 anos para a sua manutenção e que um motor de apenas um cavalo resolveria. O geólogo frisou, também, que quanto maior a distância do poço em relação ao rio, maior a chance de obter água doce. Ressaltou ainda que, quanto mais profundo, maior seria o gasto com canos e fios, mais que neste segundo caso, ainda assim, não seria muito dispendioso.

O geólogo também explicou que na COHIDRO, em relação à perfuração de poços, usa-se uma técnica de isolamento da água doce da água salgada, deixando à primeira “abaixo da camada de argila”. Mencionou ainda que, caso a água apresentasse um grande teor de ferro, poderia ser solicitada à DESO uma parceria a fim de doar à comunidade um filtro de ferro para anexar ao poço. Além dos aspectos mencionados, a COHIDRO ressaltou a grande chance de a comunidade Resina receber da companhia a perfuração do poço. Isso ocorreria desde que houvesse uma interação entre DESO, Prefeitura, INCRA, MPF e COHIDRO nesta empreitada, a fim de viabilizar a construção da estrada que dá acesso à comunidade Resina. Segundo o senhor Albuquerque, tendo em vista as condições atuais da estrada, ficaria impossível trazer o maquinário até o povoado, sendo que o mesmo pesa cerca de 12 (doze) a 15 (quinze) toneladas.

Na segunda etapa, a Associação Santa Cruz de Brejão dos Negros, responsável pelo Projeto, realizou a aquisição de equipamentos para a Agroindústria: fogão industrial, ralador de coco industrial, liquidificador industrial, peneira em inox, cadeiras, *freezer* em inox, baldes de plástico, bacias de alumínio, mesa em inox, entre outros.

A comercialização do óleo de coco feito na agroindústria será realizada da mesma forma que já vem acontecendo com produção artesanal. As vendas acontecem na própria Comunidade nos Municípios vizinhos e na Capital. A renda gerada é dividida entre as mulheres e o produto é vendido a preço de custo, tanto em atacado, como em varejo.

A segunda linha de ação é voltada para a elaboração, com impressão, formatação e diagramação de um livreto de contos intitulado História de Mal'Assombro" e cantigas dos Mangues e das Matas do Quilombo Brejão dos Negros (Figura 3).

Figura 3: Capa do Livreto Resultado do Projeto.



Fonte: Ministério do Meio Ambiente - MMA (2018).

Nesse processo, constrói-se um diálogo de saberes e interação marcado por significações, práticas, nas discussões, nas *Rodas de Conversas* utilizadas como prática metodológica de aproximação entre os sujeitos. Outros sim foram incorporados a essa proposta metodológica as pré-rodas (que são conversas individuais), com idosos

indicados pelas lideranças locais, realizadas sempre uma semana antes de ocorrerem as *Rodas de Conversas*. Nesse sentido, houve quatro *Rodas de Conversas*, cujo objetivo era fazer um resgate histórico dos cantos e cantigas das comunidades. Como afirma a Asabrazil (2010), o patrimônio cultural (material) e simbólico-cultural (imaterial) necessita garantir nas políticas públicas o fortalecimento e a manutenção das identidades culturais das comunidades tradicionais, bem como serem coautoras da elaboração de programas e projetos de seus interesses, respeitando sua autonomia.

A primeira *Roda de Conversa* foi realizada no dia 26 de maio de 2017, na comunidade Resina, com o objetivo de resgatar músicas e histórias da comunidade. Nessa *Roda*, estavam presentes os membros da comunidade, os líderes da comunidade Resina, da comunidade de Brejo Grande, da comunidade Brejão dos Negros e da comunidade Carapitanga, um representante do INCRA/SE e outro da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe - EMDAGRO. O resultado dessa primeira *Roda* foi o resgate dos saberes e dos valores culturais expressos em formas de contação de causos, estórias, músicas, tais como os cordéis, as cantorias, entre outras expressões no quilombo. Nessa *Roda*, são reeditadas três músicas: o “Juazeiro”, “quebra-quebra gobiraba”, “marinheiro” e um verso de cordel, “A rosa vermelhinha”. Na comunidade, o juazeiro é encontrado nas roças, nas matas e ao longo das estradas. Em épocas de seca, a planta costuma servir de alimento para os animais e a população da comunidade, sendo retirada do seu tronco uma parte para fabricação artesanal de lambedor para tratamento da gripe. Além disso, suas folhas são usadas em forma de chá no tratamento de caspa.

LETRA DA MÚSICA “JUAZEIRO”

Ah **juazeiro**, por que não botou juá?
(2vz)
Esse ano eu não botei
Para o ano eu vou botar.

Minha mãe não quer que eu vá,
Na casa de meu amor.

Eu vou perguntar a ela,
Se ela nunca namorou. (Dona Déa)

Ah juazeiro, por que não botou juá?
Esse ano eu não botei,
Para o ano eu vou botar!

Vou cantar para esse povo,
Veja o que eu vou lhe contar.
Fulano mais o sicrano,
Tira em primeiro lugar.

Sou dono da brincadeira.
Eu só boto pra quebrar!
(Sr. Adalto).

Ah, juazeiro, por que não botou
juá?
Esse ano eu não botei,
Para o ano eu vou botar.
(MMA, 2018a).

No trecho “Ah juazeiro, por que não botou juá. / Esse ano eu não botei, / Para o ano eu vou botar”, fica claro que o grupo emite uma relação dos mesmos com o meio ambiente, pois, embora seja um fenômeno raro, em épocas de muita seca, o juazeiro perde completamente as suas folhas (OLIVEIRA, 1976, p: 8).

LETRA DA MÚSICA “A ROSA VERMELHA”

A rosa vermelha é do bem querer (coro)
A rosa vermelha e branca eu ei de amar até morrer (coro).
To aqui oi na Resina, eu amo até morrer!
Lá vem a lua saindo
Nem o nosso bem querer.

(MMA, 2018a)

Na parte da canção “Lá vem à lua saindo”, pode-se perceber a relação da comunidade com a natureza, uma vez que seus membros se reuniam em noites de lua cheia para momentos de descontração. Nessas épocas, a comunidade não tinha acesso à luz elétrica, devido a dificuldades de acesso a políticas públicas.

A segunda *Roda de Conversa* foi voltada para discutir o acesso às infraestruturas na comunidade Resina, sendo realizada no dia 16 de junho de 2017 na comunidade Santa Cruz, que é remanescente da comunidade Brejão dos Negros. A comunidade Santa Cruz se formou depois da desapropriação da área da Fazenda Batateiras. Nessa *Roda*, estavam presentes membros representantes das três comunidades (Carapitanga, Resina, Brejo Grande), um representante e o Superintendente do INCRA/SE, como também os grupos culturais Mulheres do “Ácre-afro”, do quilombo de Brejo Grande, e o Maracatu de Brejão dos Negros. Os grupos fazem parte da vida das comunidades e durante um tempo foram desvalorizados. Porém, a partir de 2005, com o resgate da cultura e da identidade das comunidades, eles voltaram a ter representatividade e traduziram em trechos de canções os tempos antigos de labuta e práticas religiosas. Tais grupos, voltados para aspectos culturais, emitem uma mensagem ao outro, e sua compreensão de identidade está vinculada à adoção de práticas e traços que remetem a uma ligação de ancestralidade. Como resultado dessa *Roda de Conversa*, foi firmado um compromisso para construção da estrada da Comunidade Resina.

O INCRA e o MPF, em 2017, encaminharam para o Comitê da Bacia hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF um ofício solicitando apoio para construção de 0,9 km de estrada com acesso à comunidade Resina, que vive uma realidade de sofrimento com a falta de água devido à salinização do Rio São Francisco. A comunidade teve o abastecimento garantido por meio de caminhões pipa, graças a uma ação ajuizada pelo MPF em 2018. Apesar disso, os caminhões abastecem sem poder entrar no povoado, já que não havia estrada. Com isso, o CBHSF se comprometeu a realizar a construção da estrada vicinal na comunidade Resina (Figura 4), que está enquadrada no contexto da crise hídrica com impactos na região do baixo São Francisco. A estrada foi entregue à comunidade no dia 01 setembro de 2016, com a presença, na cerimônia de inauguração, do Superintendente e alguns colaboradores do INCRA- SE, a diretoria do CBHSF, a Procuradora do MPF e representantes das comunidades Carapitanga, Brejão dos Negros e Brejo Grande.

Figura 4: Estrada Vicinal na Comunidade Resina.



Fonte: Pesquisa de Campo (2019). Fotografias: Mirelle Tavares Ferreira.

A construção da estrada era de suma importância para que as máquinas da COHIDRO pudessem chegar à comunidade e realizar o trabalho de perfuração do poço artesiano, que a COHIDRO se comprometeu a perfurar. Porém, até o presente momento, não houve a concretização dessa atividade.

A terceira *Roda de Conversa* foi realizada em Brejo Grande no dia 21 de junho de 2017, com presença das quatro comunidades - Resina, Brejão dos Negros, Carapitanga e membros da Associação de Quilombo Dom Jose Brandão de Castro, da comunidade de Brejo Grande, e técnicos do projeto Dom Távora. O resultado dessa *Roda* foi o resgate de histórias como a da “caipora”, “bicho de sete”, “botija”, “nego d’água” e “fogo corredor”. Ademais, retrataram-se cantos como o da “Palmeirinha”, “fui à casa de João Gomes”, “vovó não quer casca de coco no terreiro para não lembrar o tempo de cativo, só no tempo de escravidão, éh ogum venceu e galhinho da limeira”. Houve também lembranças de brincadeiras, como as de “Roda de coco/pisa na roda”; e cantos, como “Cabelinho de linho verde pra onde vai nessa carreira”.

As histórias de caipora que foram ouvidas estão todas associadas ao trabalho na mata (Figura 5) e no mangue, para catar ou cortar lenha ou para catar caranguejo. A caipora, segundo relatos, tem o poder de fazer as pessoas “se ariar”, ou seja, perderem-se. Para não se “ariar” - buscar achar o caminho de volta - as pessoas colocavam um galho verde na cintura, viravam a camisa ao avesso, deixavam fumo para caipora em um lugar da mata ou no lenço da cabeça; batiam com o facão nos dentes e/ou levavam um olho de boi no bolso, etc.

Figura 5: Árvore do Gameleiro. Mata que fica localizada atrás do Conj. Santa Cruz



Fonte: Pesquisa de Campo 2019. Fotografias: Mirelle Tavares Ferreira.

Nesse sentido, o canto abaixo, é exemplo muito presente na comunidade e extremamente representativo no que diz respeito à contação de histórias:

“Aí na mata, a caipora conversou comigo”. Ela me disse assim: “eu não vou bater em você porque você é o rei do mato”. Foi me falou mesmo, ela. Ela tem uma perna só e o cabelo dela é grande. Tem uma cova aí, ó! Dentro do mato. Eu durmo dentro de uma árvore chamada Gameleiro (*Ficus adhatodifolia*), durmo na raiz dela. **Dona Bia, 70 anos, julho de 2017.** Comunidade Brejo Grande. (MMA, 2018b).

Segundo Rocha (2001), *Ogum*, em *ioruba*, significa luta e guerra. É a divindade da metalurgia, do ferro e do aço, da caça e dos caçadores, dos grandes caminhos. É o dono das armas, senhor dos exércitos, das guerras, da pujança e da força do sangue que corre nas veias e, por isso, forja o ferro e o transforma em instrumento de luta - sua espada. Seus assentos, nos terreiros de candomblé, estão ao ar livre, na entrada das casas e terreiros, às vezes, oculto no mato, pois ali se encontra sua forja, a céu aberto. Nos terreiros de candomblé, *Ogum* é considerado um orixá ligado ao elemento Terra.

LETRA DA MÚSICA “ÉH OGUM VENCEU”

“êh Ogum venceu demanda
Para salvar um filho seu
Ogum venceu demanda
Para salvar um filho seu
E Ogum é o meu pai
Ogum é meu guia
Ogum é meu pai
Filho de Deus e da virgem Maria”

Lurdes, julho de 2017, (MMA, 2018a).

A ligação da comunidade se remete ao fato de que *Ogum* representa o escravo reprimido, apartado e isolado de sua terra, de seu papel e valor social. É a representação significativa do conquistador e trabalhador braçal, do operário que, com sua rudeza, opera e transforma a matéria-prima em produto (Rocha, 2001. p;15).

A quarta *Roda de Conversa* ocorreu dia 18 de agosto de 2017 na comunidade quilombola Carapitanga. Particularmente diferente das outras comunidades que compõem o território, a economia de Carapitanga gira em torno da pesca no rio e da catação de caranguejos nos mangues. Nesse encontro, estavam presentes integrantes das

três Comunidades (Resina, Brejão dos Negros e Brejo Grande), assim como os grupos culturais “Pisada do quilombo Aché-Afro”, de Brejo Grande; logo após, o grupo Cultural “Batuque Dance AIE”. A *Roda de Conversa* foi encerrada com lanche e brincadeira de roda (as brincadeiras não estão expostas no texto).

A terceira linha de ação está ligada à realização de oficinas para acompanhamento técnico, a fim de esclarecer acerca da prestação de contas e elaboração de relatórios, exigidos na Chamada Pública do MMA. Na primeira oficina do projeto, foi realizada uma atividade de capacitação em dois dias na comunidade, para dar clareza aos detalhes do projeto e aos mecanismos para prestação de contas. Essa atividade foi realizada com os técnicos do MMA, em 27 e 28 de maio de 2017. A segunda oficina foi cancelada, pois a comunidade foi à Comissão responsável pela elaboração dos relatórios financeiros e foi constatado que já estavam seguindo as regras do "Manual de Prestação de Contas".

A quarta linha de ação trata da construção de cinco mapas temáticos elaborados pela comunidade que representa as áreas frágeis das comunidades do Quilombo de Brejão dos Negros. Oportunizou-se a realização de uma oficina (de diagnóstico ambiental) para construção de mapa temático das áreas de maior antropização no quilombo. O produto foi um mapa temático (impresso) do território, feito pelos próprios membros da Comunidade, no qual foram apontadas áreas de maior fragilidade socioambiental e de maior significado para o quilombo (MMA, 2018a).

Nesse sentido, foi demonstrada a importância de construir um mapa em que as pessoas pudessem se identificar dentro dele, nos seus trabalhos, nas suas atividades culturais e religiosas. E nesse ambiente são mostrados os aspectos sociais, ambientais, econômicos e culturais das comunidades.

Para tanto, o relatório aponta a construção dos mapas em dois momentos. No primeiro momento, a construção do mapa se deu através da marcação por GPS das áreas de maior degradação e de maior importância histórica cultural para que fossem acrescentados nessa construção. As lideranças da comunidade acompanharam as senhoras Jayne e Regiane nas principais áreas de conflitos para que fossem marcados no GPS. Explicou-se o porquê das áreas serem importantes para a sua comunidade. As mesmas antes eram lagoas de arroz e hoje estão sendo escavadas para a criação de camarão.

No segundo momento, foram reunidos no dia 05 de agosto de 2017, no Colégio Estadual Amélia Maria Lima Machado, na Comunidade Brejão dos Negros,

Paraúna e do Rio Parapuca, onde é possível identificar a intensa devastação para a construção de viveiros de camarão (carcinicultura).

O mapa retrata Brejão dos Negros e Santa Cruz (Figura 7). Destaca nas linhas azuis o curso dos riachos e lagoas perenes ao longo das comunidades. Em Brejão dos Negros, há o Riacho da Dourada, com suas margens rodeadas de viveiros de camarão. Em direção a Santa Cruz, pode-se perceber o porto das Taquaris (*Actinocladum verticillatum*) a “taquara”, popularmente conhecida como planta muito usada na fabricação de covo para pescar. O referido porto tinha nas suas margens lagoas onde era cultivado arroz. Atualmente, as lagoas de arroz dessa área foram substituídas por viveiros de camarão. Em Santa Cruz, visualiza-se o Brejinho, uma antiga lagoa perene onde se desenvolvia a prática da pesca; o Engenho do Limoeiro (Souza), a lagoa das cajazeiras - uma lagoa efêmera onde era muito comum o corte do junco para fabricação de esteiras, que não resistiu à salinização do rio e o avanço do mar. Ao lado dessa lagoa, encontra-se o Rio Paraúna.

Figura 7: Mapa de Brejão dos Negros



Fonte: MMA (2018b).

O mapa representa a Comunidade Quilombola Resina, os seus antigos engenhos e as antigas lagoas marginais, onde era cultivado arroz, as quais, devido à salinização do Rio São Francisco, foram substituídas por viveiros de peixe (aquicultura). O mapa ainda retrata a biodiversidade da comunidade que também se encontra ameaçada (Figura 8).

Figura 8: Comunidade Resina



Fonte: MMA (2018b).

O grupo aborda no mapa os elementos que dão ênfase ao seu passado escravista, como o galpão das mangas. Também retrata fazendas porteira da mata, cancela dos araçás, Fazenda São Sebastião, Fazenda das Palmeiras e a Fazenda Paraúna. Além disso, pode-se identificar no mapa que as áreas dessas fazendas atualmente estão sendo exploradas para implantação da carcinicultura. Em seguida, o mapa representa a fábrica de arroz, ficando claro que seu plantio era a principal fonte de renda da comunidade e que somente após a queda dessa cultura os quilombolas irão migrar para o trabalho nos mangues e rios (Figura 9).

Figura 9: Engenhos e fazendas ao longo da Rodovia SE 200 em direção a Brejo Grande

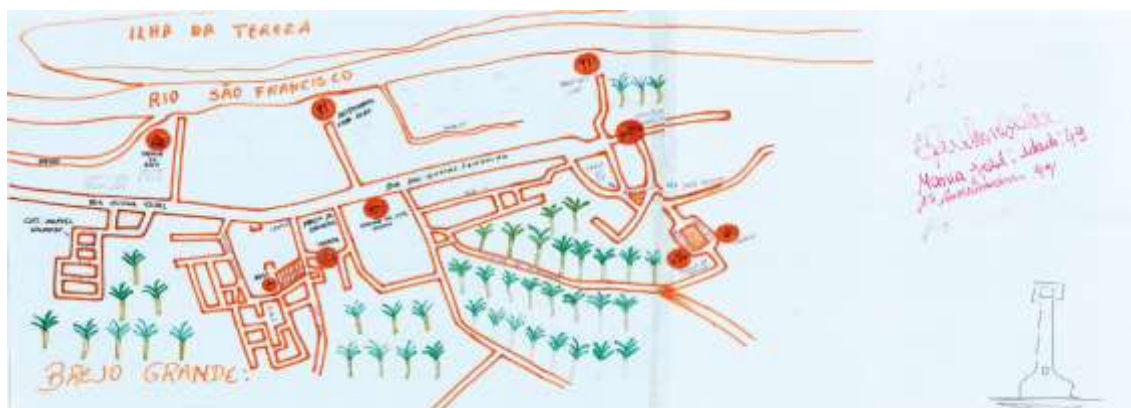


Fonte: MMA (2018b).

A Comunidade Quilombola de Brejo Grande, representada no mapa, pontua alguns aspectos da vida urbana, iniciando o caminho pela Rua Juvina Tojal, o conjunto Manoel Ferreira Calumby, a fábrica de gelo, em destaque, tem-se o Rio São Francisco e

a Ilha da Tereza, a área da referida ilha é causa das lutas dos quilombolas. Na Rua Mário André Asa, está localizada a DESO, o campo e o cemitério da cidade. No centro da Cidade, está a Igreja e a Praça da Bandeira. Na área da igreja, antigamente se localizava o engenho Alto da Boa Vista, o maior de todo o Município. Seguindo o mapa, observa-se a principal via do Município, Dr. Eneias Ferreira; também o restaurante Carapeba e a Escola Estadual Dr, Luiz Garcia. No final dessa via de acesso, tem-se a Praça da Luz, a Rodoviária, a Capela e a Clínica da Família. Em direção ao final da Cidade, têm-se o Restaurante Marinas Club e a Pousada Raízes, pontos de lazer e turismo de massa (Figura 10).

Figura 10: Mapa de Brejo Grande



Fonte: MMA (2018b).

4.4. AVANÇOS E LIMITES

De acordo com os resultados alcançados, o projeto trouxe melhorias para a qualidade de vida e gestão ambiental do território. Outro avanço foi à produção local do óleo de coco, através da construção da agroindústria. Com isso, o incentivo dos grupos de produção espalhados nas quatro comunidades que compõem o quilombo contribui para o fortalecimento das ações e decisões coletivas e a recuperação de práticas ou saberes tradicionais, além do planejamento de uso coletivo do quilombo em prol da conservação e fortalecimento das práticas sustentáveis e a construção da estrada vicinal para comunidade Resina.

O projeto também teve algumas limitações durante a sua execução, como: (1) o deslocamento de uma comunidade para outra, uma vez que o projeto contempla e exige a participação das quatro comunidades; (2) a cotação de preços no comércio local, que não estava habituado a trabalhar com esse tipo de serviço, existindo, assim, recusa em

fazê-la, bem como de emitir nota fiscal por se tratar de uma comunidade quilombola em conflitos de terra evidentes localmente; (3) a não efetivação da aquisição do dessalinizador, devido ao seu custo e manutenção e a perfuração do poço artesiano pela COHIDRO que não foi realizada.

4.5. Caminhada Transversal nas Comunidades Remanescente de Quilombo de Brejão dos Negros

A caminhada foi iniciada transversalmente pela **Comunidade Quilombola Brejão dos Negros (Santa Cruz)**, da antiga Fazenda Batateiras. Identificou-se que, com a entrega das terras da referida fazenda à Comunidade Quilombola Brejão dos Negros (Santa Cruz), houve o retorno do desenvolvimento de atividades agrícolas nas roças (lote), como o plantio de milho, macaxeira, melancia, maxixe, feijão, abóbora e batata doce, (Figura 11). Para realizar o manejo de adubação nas culturas, a comunidade utiliza esterco de animais, resto de cultura para cobrir o solo, e preparados à base de pimenta ou cravo para repelir algumas pragas. Percebeu-se que a referida Comunidade Quilombola não conta com nenhuma assistência técnica para realizar o plantio de tais culturas. A base para se realizar a agricultura na Comunidade Quilombola são os saberes herdados de seus antepassados.

Figura 11: Plantio de Milho e Mandioca na Comunidade Quilombola Santa Cruz



Fonte: Pesquisa de Campo (2019). Fotografias: Mirelle Tavares Ferreira

Percebeu-se que a produção de coco reduziu significativamente e poucas mulheres ainda praticam o bordado. A produção de esteiras de palha de junco também diminuiu consideravelmente, pois as áreas onde era retirada a matéria prima não resistiram às inundações, como também aos avanços do mar e ao processo de

salinização do São Francisco. Por outro lado, a prática da pesca, da catação de caranguejo, ainda é um meio de sobrevivência na comunidade.

O aglomerado de casas na Comunidade Quilombola Santa Cruz, apresentadas na Figura 12, não possui água encanada: o abastecimento na comunidade é realizado por um caminhão pipa e algumas casas ainda são utilizadas bombas artesanais.

Figura 12: Casas construídas na Comunidade Quilombola Santa Cruz.



Fonte: Pesquisa de Campo (2019). Fotografias: Mirelle Tavares Ferreira

A religiosidade da comunidade se expressa nas festas e festejos que ocorrem durante todo o ano. Atualmente, a Comunidade Santa Cruz voltou a festejar a Padroeira Santa Cruz. A imagem do Cruzeiro, que faz parte da historicidade do quilombo, é também referência de onde será a Capela de Santa Cruz (Figura 13).

Figura 13: Imagem do Cruzeiro



Fonte: Pesquisa de Campo 2019. Fotografias: Mirelle Tavares Ferreira.

Este cenário representa a simbologia de uma história de fé e várias representações de gratidão. Os festejos são comemorados em forma de tríduo, iniciando no último dia do mês de abril ao dia três de maio, terminando com uma procissão pela comunidade, com a distribuição de comidas típicas, como arroz doce, mungunzá e pipoca. Ao mesmo tempo em que a comunidade comemora os festejos religiosos conforme o catolicismo, os grupos ligados às religiões de matriz africana realizam seus cultos na mata que esta localizada atrás do Conj. Santa Cruz.

Já a festa de N. Sra. do Patrocínio é comemorada em novembro na comunidade Brejão dos Negros durante nove noites. A comunidade Brejão dos Negros também festeja Nossa Senhora do Bom Parto. A origem dessa comemoração está ligada à importância que as parteiras tinham naquela época em que os partos eram realizados apenas por elas. A festa é comemorada no dia 29 de agosto, pois, para os cristãos, a morte é como uma passagem da vida limitada para uma vida plena.

É importante ressaltar que todas as comemorações religiosas são iniciadas da mesma maneira como eram realizadas nos tempos dos escravos com o levantamento do mastro.

Na **Comunidade Quilombola de Brejo Grande**, a principal atividade econômica está associada a serviços prestados à prefeitura, à pesca artesanal, à criação de gado bovino para abate e à produção de leite. A Comunidade Quilombola não possui terras compradas para fins da reforma agrária, dessa forma, os quilombolas ainda praticam a agricultura nas fazendas sob regime de contrato com os donos das terras. A comunidade somente possui um espaço doado pela prefeitura onde uma família quilombola pratica a agricultura, conforme a Figura 14. A cidade também possui restaurantes e pousadas que oferecem um serviço de turismo em massa.

Figura 14: Plantio de hortaliças.



Fonte: Pesquisa de Campo (2019). Fotografias: Mirelle Tavares Ferreira

A cidade possui uma escola pública municipal que oferece aulas referentes ao Ensino Primário e Fundamental. Há também uma escola estadual que oferece aulas do Ensino Fundamental ao Médio.

Em relação ao serviço de saúde pública na região, somente uma clínica da família oferece atendimentos pré-agendados semanalmente. Já concernente à religiosidade da comunidade, expressa-se nos festejos a N. Sra. do Conceição, comemorada todos os anos sempre no dia 08 de dezembro.

A **Comunidade Quilombola Resina** atualmente sofre com a salinização do São Francisco, que reflete negativamente na vida da comunidade, inviabilizando o cultivo do arroz nas áreas de lagoas marginais. Com isso, o cultivo foi substituído pela criação de peixe (piscicultura). A principal atividade da comunidade é a pesca artesanal. Além disso, mulheres da comunidade desenvolvem a produção de óleo de coco. Algumas casas da referida comunidade possuem quintal produtivo com culturas de milho, mandioca, macaxeira e a criação de galinha (Figura 15).

Figura 15: Quintal Produtivo na Comunidade Quilombola Resina.



Fonte: Pesquisa de Campo 2019. Fotografias: Mirelle Tavares Ferreira.

A Comunidade ainda não possui escola, e os alunos precisam se deslocar para o povoado Saramém ou para a Comunidade Brejão dos Negros. Da mesma forma, para ter acesso a atendimento médico e odontológico, onde os atendimentos são realizados em dias alternados durante a semana. Em casos mais graves ou urgentes, os atendimentos são realizados em Neópolis e Aracaju.

A **Comunidade Quilombola Carapitanga** possui uma relação intensa com o rio, pois a principal fonte de renda - a pesca artesanal, a catação caranguejo - está associada a esse recurso natural e ao mangue. Esse ecossistema está ameaçado devido ao intenso desmatamento do manguezal para a construção de viveiros de camarão (carcinicultura). A margem do rio está cercada por viveiros de camarão (Figura 16).

Figura 16: Porto da Carapitanga e parte do Mangue desmatado para construção de viveiros.



Fonte: Pesquisa de Campo (2019). Fotografias: Mirelle Tavares Ferreira.

A comunidade possui uma Unidade Básica de Saúde - Cristina Machado - inaugurada em 2016, funcionando com atendimentos semanais limitados. Possui também uma Escola Municipal que oferece o Ensino Primário. Para acesso ao Ensino Fundamental e Médio, a Prefeitura Municipal disponibiliza ônibus para o transporte dos alunos até a comunidade de Brejão dos Negros.

5. CONCLUSÃO

Por intermédio do estudo realizado acerca da Agroecologia, Políticas Quilombola: acesso e obstáculos em Brejão dos Negros - Sergipe foi possível identificar que, historicamente, as comunidades do quilombo de Brejão dos Negros sofriam exploração pelo fato de não possuir terras. Por esse motivo, tinham que submeter suas plantações ao sistema de meação, em que parte da colheita era destinada aos donos da terra como forma de pagamento. Observou-se como exceção a Comunidade Quilombola Carapitanga, onde é predominante a prática da pesca e não há relatos da prática de agricultura. Sendo assim, democraticamente, as comunidades começaram a se organizar em associação e buscar seus direitos como povos Tradicionais Quilombolas. Conclui-se que foi por meio da Associação Santa Cruz de Brejão dos Negros que as comunidades, através de muita luta, conseguiram conquistar algumas políticas públicas, como:

- A certificação como Comunidade Remanescente de Quilombo pela FCP; projetos através do INCRA e SEIDES para fortalecimento da identidade das comunidades; a desapropriação para fins da reforma agrária da Fazenda Batateiras, onde hoje se encontra a Comunidade Quilombola Santa Cruz, e parte da Fazenda Capivara para a Comunidade Quilombola Resina.
- A desapropriação das terras possibilitou que as famílias quilombolas voltassem a praticar a agricultura privilegiando conservação ambiental, biodiversidade e ciclos biológicos.
- A construção de casa de farinha na Comunidade Quilombola Santa Cruz, através de concessão de subvenção da Deputada Ana Lúcia, e a construção de casas nas Comunidades Quilombola Resina e Santa Cruz através da PNHR.
- O projeto Cantos, Cantigas e Identidade: Alternativas para Preservação dos Mangues e das Matas do Quilombo Brejão dos Negros vem resgatar a história e a forma de plantio e também valorizar os grupos culturais, contribuindo as mulheres produtoras de óleo de coco e cada vez mais fortalecendo a luta.
- O livro conta a história sobre como se realizava o trabalho nos mangues e as cantigas que eram cantadas. Ademais, foi de fundamental importância a construção de uma estrada vicinal na comunidade Quilombola Resina, por meio do CBHSF.

Sugerimos que, posteriormente, seja realizada uma pesquisa com aplicação de questionário, porque diante do tempo e da metodologia proposta, não foi possível realizar.

REFERÊNCIAS

ABA. Documento do grupo de trabalho sobre Comunidades Negras Rurais. Rio de Janeiro, 1994.

ALTIERI, M. A. **A agroecologia: Dinâmica produtiva da agricultura sustentável**, 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALMEIDA, A. W. B de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, E. C. (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. FGV. 2002. p. 56-88.

ARRUTI, J. M. A. Quilombos. In: PINHO, A. O.; SANSONE, L. (Orgs.). **Raça: novas perspectivas antropológicas** [online]. 2 ed. rev. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008. p.31-350. Disponível em: >www.Abant.org.br/file?id=548<. Acesso em; 17 abr, 2020.

BOMFIM, W, J. A **“luta pela terra” no processo de regularização fundiária de território quilombola: o caso da comunidade Brejão dos Negros (SE)**. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

BRANDÃO, A. JORGE, A. L. DALT, S. Faz diferença estar na agenda? Lideranças comunitárias quilombolas e percepções sobre acesso às políticas sociais nos anos recentes. In: **Anais de 40º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, MG: Anpocs. 2016.

BRASIL, Decreto nº 4886 2003 de fevereiro 2003. Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR. Câmara dos Deputados, Brasília, 20 de nov. de 2003.

BRASIL. Portaria n. 477, de 28 de dezembro de 2018. Institui a Comissão Permanente sobre gestão territorial e ambiental em territórios quilombolas. **Diário Oficial**, Edição:250, Seção 1. pg. 158. Brasília, 31 de dezembro. 2018.

DECRETO n. 4887, de 20 de novembro de 2003. **Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Brasília, DF. 2003.

DECRETO n. 6.261, de 20 de novembro de 2007. **Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências**. Brasília, DF, 2007.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - SE, **Mapa de Evolução do Programada Nacional de Habitação Rural- PNHR**, Brejo Grande, SE, 2014.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER – IICA, 2004.

CARTÓRIO OFÍCIO ÚNICO DE BREJO GRANDE. **Estatuto da Comunidade Remanescente de quilombo do Brejão dos Negros**, Brejo Grande, 2015a.

CARTÓRIO OFÍCIO ÚNICO DE BREJO GRANDE. **Inteiro Teor**, Brejo Grande, 2015b.

CINFORM - Centro de Informações Comerciais Ltda. **História dos municípios: um jeito fascinante de conhecer Sergipe**, 2002. Aracaju, SE.

DYE, T. R. **Understanding public policy**. 11. ed. Upper Saddle, New Jersey: Prentice – Hall, 2005.

ECO DEBATE. **SE: Justiça reconhece que área ocupada pela comunidade quilombola Brejão dos Negros pertence à União**, 2010. Disponível em: ><https://www.ecodebate.com.br/2010/11/19/se-justica-reconhece-que-area-ocupada-pela-comunidade-quilombola-brejao-dos-negros-pertence-a-uniao/><. Acesso em: 15 de jul. de 2020, às 10h02min.

FREITAS, D. **Palmares: guerra dos escravos**. Porto Alegre: Movimentos, 1973.

GUANES, S.; LIMA, S. A.; PORTILHO, W.G. Quilombos e usos sustentáveis. In: DIEGUES, A. C.; VIANA, V. M. (Org.). **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da mata atlântica**. São Paulo: Nupaub /Lastrop, 2000.

INCRA-SE - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Parecer Técnico Conclusivo INCRA/SR-23/F-4/Nº01/2013**. Aracaju, Sergipe, 2013.

INCRA-SE - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território Quilombola Brejão dos Negros**. Aracaju, Sergipe, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2010.

G1 SERGIPE, **SEDUC e INCRA Discutem Pauta de Reivindicações dos Quilombolas**, 2014. Disponível em: ><http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2014/04/sedhuc-e-incra-discutem-pauta-de-reivindicacoes-dos-quilombolas.html>< Acessado em: 04 de Jul. de 2020, às 14h22min.

GUANAES, S.; LIMA, S. A.; POTILHO, W. G. Quilombos e usos sustentáveis. In: DIEGUES, A.C.; VIANA, V. M. (Org.). **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da mata atlântica**. São Paulo: Nupaub/Lastrop, 2000.

HEIDEMAMN, F. G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Org.) **Políticas públicas e desenvolvimento: Bases epistemológicas e modelos de análise**. 2ed. Brasília: UNB, 2010. p. 23-40.

JORNAL DO DIA, **Quilombolas de Brejão inauguram nova casa de farinha coletiva**, 2014. Disponível em: >http://www.jornaldodiase.com.br/noticias_ler.php?id=9399<. Acesso em: 10 de Jul. de 2020, às 13h09min.

JUSBRASIL. **Superintendência Regional em Sergipe: edital**, 2015. Disponível em:> <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/90922113/dou-secao-3-04-05-2015-pg-136><. Acesso em: 10 de Jul. de 2020, às 13h09min.

LEITE, I. B. **O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais**. Revista Estudos Feministas. 16(3), 2008. p. 965-977.

LIMA, C.; SANTOS, M.; RODRIGUES, V. **Signos de Identidade Ética: comunidades negras rurais e o processo de ressemantizações do conceito de “Quilombo”**. In: XVII CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE. Natal – RN. 2015.

MELO, P. B. **Práticas produtivas e políticas públicas: uma experiência quilombola no Vale do Ribeira/SP**. 2010. 187F. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília-UnB, Brasília -DF, 2010.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Chamada pública MMA/SEDR/DEX 01/2016 para apoio à gestão territorial e ambiental de territórios quilombolas**. 2016. Disponível em: ><http://www.mma.gov.br/o-ministerio/editais-e-chamadas-publicas/item/8552.htm1><. Acesso em: 20 de março 2020.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Relatório Técnico Final: Contos, Cantigas e Identidade: Alternativas para Preservação dos Mangues e das Matas do Quilombo Brejão dos Negros**, Brasília, 2018a.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **História de “Mal’Assombro” e cantigas dos mangues e das matas do Quilombo de brejão dos Negros**, Brasília, 2018b.

MDH- Ministério dos Direitos Humanos. **Guia de orientação para a criação e implementação de Órgãos, Conselhos e Planos de Promoção da Igualdade**, Brasília, 2018.

MHuD - Movimento Humano Direito. Apoio ao Padre Isaias de Sergipe – **Filme**, 2006. Disponível em: ><http://www.humanosdireitos.org/atividades/historico/101-Apoio-ao-Padre-Isaias-de-Sergipe---filme-.htm><. Acessado em: 22 de Jul. de 2020, às 14h22min.

MOURA, C. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo: Zumbi, 1959.

MOURA, G Quilombos contemporâneos no Brasil. In: CHAVES, R.; SECCO,C.; MACEDO,T. **Brasil/Africa: como se o mar fosse mentira**. São Paulo: Ed. UNESP; 2009. cap. 18,p. 327-360.

NAVAS, R.; KANINKADAN, A. Y. S.; SANTOS, K. M. P dos.; GARAVELLO, M. E de P. E. **Projetos agroecológicos em comunidades quilombolas: avaliação a partir do conceito de território**. In: VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DINÂMICA TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: “Terra em Transe”. UCSAL, 26 a 28 de agosto de 2015.

OLIVEIRA, O. F de. **Algumas árvores do Município de Mossoró**. Caatinga. Mossoró -RN, v.1. n. 1. 1976. p.7-17.

PINHEIRO, R.C.S.P. **TBC no território quilombola Brejão dos Negros/SE: uma proposta de desenvolvimento turístico local**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) - Instituto Federal de Sergipe, Aracaju, 2018.

RAMOS, A. **O negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1934.

ROCHA, M. M. **Ogum**, Revista Kàwé, Universidade Estadual de Santa Cruz. n. 2 (2001). - Ilhéus: Editus, 2001. 48p.

REIS, J. J. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RIBEIRO, R. P. **“Porque nós não temos fala” um estudo sobre a organização política da CEMQS: Coordenação Estadual de Movimento Quilombola de Sergipe**. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

SANTOS, C. S. **Políticas públicas de desenvolvimento no território do Alto Sertão Sergipano: entre a governança e a sustentabilidade**. 2014. 256 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

SEPPIR – SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **Guia de políticas públicas para comunidades quilombolas 2013**. Disponível em: > www.seppir.gov.br/arquivos-pdf/guia-pbq<. Acesso em: 20 set. 2019.

SEDURB - Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo. **1º Relatório do Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Estado de Sergipe**, 2012. Disponível em:> <https://pt.slideshare.net/todosnumsocoracao/1-relatrio-do-programa-de-desenvolvimento-das-comunidades-quilombolas-do-estado-de-sergipe>. < Acesso em: 20 de Jul. de 2020, às 15h46min.

SEIDES. **Relatório de Atividade**, 2011. Disponível em: ><https://www.sefaz.se.gov.br/transparencia/Ciclo%20Oramentrio/Relat%C3%B3rio%20de%20Atividades%20do%20Governo/Relatorio%20de%20Atividades%202011.pdf>. < Acessado em: 12 de Jul. de 2020, às 09h09min.

SENADO FEDERAL. **Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**, 2015. Disponível em: ><https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/4037><. Acesso em: 20 Nov. 2020, às 21h22min.

SEVILLA GUSMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. Porto Alegre. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.1, 2001, 35-45p.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**, 2008. Belo Horizonte, MG.

SILVA, A. R. F. Políticas públicas para comunidade quilombolas: uma luta em construção. **Revista de Ciências Sociais**, n. 48., 2018, p.115-128.

SILVA, R. J. N da. **Políticas públicas agroecológicas para comunidades quilombolas: um estudo de caso a partir do território**. Piracicaba, 2014. 147f. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola Superior de Luiz de Queiros – Centro de Energia Nuclear na Agricultura. Piracicaba, SP, 2014.

OLIVEIRA, E. A. **Os Territórios dos Maracatus do Povoado Brejão, Brejo Grande/SE**. 2017. Dissertação (Pós - Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

TEIXEIRA, T.G.; SAMPAIO, C. A. M. Análise orçamentária do Programa Brasil Quilombola no Brasil e no Maranhão: o ocaso de uma política pública. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro. 53(2), 2019, p.461-480.

TUBALDINI, M. A. dos S.; SILVIA, S. M. P. Territórios da resistência: paisagem e cultura nos remanescentes quilombolas de Barro Preto, Santa Maria do Itabira, MG, e Indaiá, Antônio Dias, MG, 2007. In: ALMEIDA, M. G de. CRUZ, B. N. (Org.). **Território e cultura: inclusão e exclusão nas dinâmicas socioespaciais**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás/FUNAPE; Manizelas: Universidad de Caldas, 2009. p.114-126.

YOUTUBE. Documentário: **“Brejão dos Negros - Memória e Identidade”**, 2011. Disponível em: >https://www.youtube.com/watch?v=BL3xGojQ_h0&t=298s<. Acesso em: 03 de Jul. de 2020.